



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Estratégia Digital da China - da *Digital Silk Road* à influência da China no sistema de *Global Governance*

Lanna Soares de Oliveira Lima

Orientadora: Prof. Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia

Lisboa
2024

A Estratégia Digital da China – da *Digital Silk Road* à influência da China no sistema de *Global Governance*

Autora: Lanna Soares de Oliveira Lima

Orientadora: Professora Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estratégia

Júri:

Presidente:

- Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

- Doutor Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor Pedro Miguel Naves Folgado, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa

2024

Dedicatória

Ao meu pai, Rubem, e a minha mãe, Loana, que sempre incentivaram os meus estudos, me apoiaram em diversos momentos e sonharam junto comigo.

Ao meu marido, Vinicius, que sempre esteve ao meu lado partilhando os meus sonhos, me orientando, me motivando e acompanhando os meus passos neste mestrado e na vida.

A minha filha, Isabela, que me faz levantar todos os dias feliz e agradecida por tê-la tão perto de mim.

Aos meus irmãos, Rubem, Eduardo, Ricardo e Álvaro, que vibram com as minhas conquistas.

Agradecimentos

À Professora Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, que conseguiu me mostrar caminhos valiosos neste estudo e me ajudou a desenvolver esta dissertação.

Aos professores do ISCSP, que ampliaram a minha visão de mundo e me ajudaram a perceber a visão acadêmica do conhecimento.

Aos meus colegas do curso, que dividiram conhecimentos e experiências valiosas.

À Anatel, que estimula o desenvolvimento acadêmico dos seus servidores.

Ao Marcelo Monteiro, que me apoiou neste desafio em todos os momentos.

A minha amiga, Virgínia Nogueira, que me incentivou nos momentos mais difíceis.

Ao meu marido, Vinicius, e minha filha, Isabela, que me deram amor e suporte na realização deste sonho.

A Estratégia Digital da China – da *Digital Silk Road* à influência da China no sistema de *Global Governance*

China's Digital Strategy – from *Digital Silk Road* to China's influence on the Global Governance system

Autora: Lanna Soares de Oliveira Lima

Orientadora: Professora Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estratégia

Resumo

Este estudo analisa a estratégia chinesa da *Digital Silk Road* (DSR) sob a perspetiva da *Global Governance*. Ao examinar a Estratégia Digital da República Popular da China, notadamente a *Digital Silk Road*, e sua influência na *Global Digital Governance*, o estudo contribui para o debate acerca do papel da China no sistema de *Global Governance* em transformação. A investigação adota uma abordagem qualitativa, com recurso à pesquisa bibliográfica e documental. As conclusões indicam que a DSR fortalece o posicionamento da China na *Global (Digital) Governance*, pois a criação de parcerias e colaborações com outros países tem facilitado a crescente participação da China em instituições multilaterais, dada sua relevância económica e comercial. Além disso, a DSR, ao estar relacionada ao setor de telecomunicações, que é considerado um setor relevante e estratégico para qualquer Estado e organização do mundo, contribui para a criação de novas instituições multilaterais lideradas pela China. Assim, a DSR amplia a esfera de influência chinesa, de forma a permitir que o país, enquanto grande potência, estabeleça redes de conexão com outras potências globais e assegure os seus interesses estratégicos.

Palavras-chave: Estratégia, Digital Silk Road, Global Governance, Global Digital Governance, República Popular da China.

Abstract

This study analyses the Chinese strategy of the *Digital Silk Road* (DSR) from the perspective of Global Governance. By examining the Digital Strategy of the People's Republic of China, notably the *Digital Silk Road*, and its influence on Global Digital Governance, the study contributes to the debate about China's role in the changing Global Governance system. The research adopts a qualitative approach, using bibliographic and documentary research. The findings indicate that DSR strengthens China's position in Global (Digital) Governance, as the creation of partnerships and collaborations with other countries has facilitated China's growing participation in multilateral institutions, given its economic and trade relevance. In addition, DSR, by being related to the telecommunications sector, which is considered a relevant and strategic sector for any state and organization in the world, contributes to the creation of new multilateral institutions led by China. Thus, the DSR expands China's sphere of influence, in order to allow the country, as a great power, to establish networks of connection with other global powers and ensure its strategic interests.

Keywords: Strategy, *Digital Silk Road*, Global Governance, Global Digital Governance, People's Republic of China.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIIB Asian Infrastructure Investment Bank

ASEAN Association of Southeast Asian Nations

BM Banco Mundial

BRI Belt and Road Initiative

DSB Digital Stability Board

DSR *Digital Silk Road*

EPL Exército Popular de Libertação

EUA Estados Unidos da América

FMI Fundo Monetário Internacional

FSB Financial Stability Board

IAEM Instituto de Altos Estudos Militares

IoT Internet das Coisas

NCPCC Congresso Nacional do Partido Comunista na China

OBOR One Belt One Road

OMC Organização Mundial do Comércio

ONGIs Organizações Não-Governamentais Internacionais

ONU Organização das Nações Unidas

OTT Aplicações Over-the Top

PCC Partido Comunista Chinês

PNB Produto Nacional Bruto

RGPD Regulação Geral de Proteção de Dados

TIC Tecnologia de Informação e Comunicação

UE União Europeia

UIT União Internacional de Telecomunicações

WIC World Internet Conference

ZEE Zona Económica Especial

Índice

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	Contextualização e Relevância do Tema	10
1.2.	Pesquisa na Literatura	11
1.3.	Problemática e objetivos de investigação	13
1.4.	Estrutura da Dissertação	14
2.	ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	15
2.1.	Geopolítica e Poder na Estratégia Internacional dos Estados	15
2.2.	Poder, Estratégia e Transição de Poder	20
2.3.	<i>Global Governance</i>	26
2.4.	Opções Metodológicas	30
3.	A RPC E SUA ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO NACIONAL	33
3.1.	A República Popular da China e o Partido Comunista como guia do Estado	33
3.2.	A modernização da China	38
3.3.	A Estratégia Digital da China	44
4.	O SISTEMA DE GLOBAL (DIGITAL) GOVERNANCE	49
5.	DISCUSSÃO	52
5.1.	A China, a DSR e o Impacto no Sistema de Global Governance	52
6.	CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização e Relevância do Tema

A presente investigação tem como tema A Estratégia da *Digital Silk Road* (DSR)¹ sob a ótica da *Global Governance*, materializando-se no estudo de caso da República Popular da China, no período de 2013 até 2023. O tema está inserido na área de investigação de Estudos Aplicados de Geopolítica e Geoestratégia, no âmbito do Mestrado em Estratégia.

De acordo com o Banco Mundial², a China ocupa a posição de segunda maior economia do mundo. No período entre 1979 e 2007, a China experimentou um notável crescimento econômico, com registo de taxas anuais em torno de 10%. Entretanto, a partir de 2018, suas taxas de crescimento econômico tem apresentado declínio.

Com o objetivo de manter seu crescimento, a China introduziu em 2013 a *Belt and Road Initiative* (BRI), uma estratégia geopolítica e geoeconómica de grande dimensão, que busca integrar o desenvolvimento de infraestrutura com a conectividade digital. Uma de suas vertentes, a DSR, pretende alcançar a conectividade digital em mais de 60 países, abrangendo aproximadamente 70% da população mundial. Face à magnitude da DSR, surgem questionamentos sobre a ordem digital global (Santos, 2018, p. 3).

Com a DSR, a China pretende avançar na construção de cabos óticos transfronteiriços e outras infraestruturas de comunicação de grande escala, aprimorar a conectividade das comunicações internacionais e estabelecer uma “Rota da Seda da Informação” (Kelkar, 2018, p. 2). Paralelamente, os países recetores da DSR recebem assistência, apoio político e outras formas de ajuda, enquanto se promove o suporte a exportadores chineses, incluindo empresas de tecnologia como a Huawei (Kurlantzick & West, 2020, p. 1).

Devido à sua rápida ascensão como uma das grandes potências mundiais e à competição com as potências ocidentais, a China tem sido amplamente discutida tanto no meio acadêmico e político-estratégico, quanto nos meios de comunicação e diversos estudos têm sido conduzidos. Uma das grandes questões do debate internacional é precisamente

¹ A DSR é um componente da Belt and Road Initiative (BRI)

² <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking>

compreender as transformações no sistema de *Global Governance* e o papel que a China está e continuará a ter nestas mudanças estruturais.

1.2. Pesquisa na Literatura

Para efeitos da presente dissertação, foi realizada inicialmente uma pesquisa da literatura sobre a ascensão da China e seu processo de modernização. Em seguida, foi feito um levantamento e análise da literatura sobre a sua estratégia digital, que inclui a *Belt & Road Initiative* e notadamente a *Digital Silk Road*. Por fim, foi investigado o papel da China no sistema de *Global Governance*. Cumulativamente, estas abordagens na literatura contribuíram para a evidenciação da importância do tema, ao mesmo tempo que sugerem a necessidade de contínua dedicação ao tema e suas implicações para o sistema internacional, objetivo para o qual esta dissertação pretende contribuir.

Sobre a ascensão da China, segundo Visentini (2011, p. 132), o período de 1960 a 1980 foi marcado pelo fim de um longo ciclo de conflitos internos, isolamento diplomático e marginalização. Todavia, o Partido Comunista da China (PCC) estabeleceu uma aliança antissoviética com os Estados Unidos, o que permitiu à China normalizar suas relações com a várias nações. Já em 1976, o grupo reformista liderado por Deng Xiaoping assumiu o poder e houve uma abertura externa seletiva e a adoção de novos padrões de desenvolvimento. E, a partir de 1978, ocorreu modernização do país em quatro áreas principais: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas.

De acordo com Shambaugh (2013, p. 6) nos anos 80, a China iniciou um processo de abertura para o mundo e implementou uma estratégia de investimento em educação, ciência e tecnologia no exterior. E nos anos 90, o governo incentivou as empresas comerciais chinesas a expandirem internacionalmente, ao adotar a abordagem conhecida como “*Go Out*”, e promoveu a globalização de organizações por meio da iniciativa “*Go Global*”. Para Wang (2013, p. 2), a suspensão dos EUA do embargo comercial à China em 1972 teve um impacto substancial na balança comercial. Em 1984, por exemplo, os EUA emergiram como o terceiro maior parceiro comercial da China, atrás apenas do Japão e de Hong Kong, e a China ocupava a 14ª posição como maior parceiro comercial dos EUA.

Para Sutter (2012, p. 28,29), a China possuía uma dependência económica em relação aos países desenvolvidos do Ocidente, bem como ao Japão e a alguns vizinhos asiáticos. Enquanto buscavam manter relações econômicas favoráveis, os chineses empenhavam-se em

enfraquecer o poder global dos EUA e sua influência, com o objetivo de construção de um mundo mais "multipolar".

Para Yu (2019, p. 32,33), a assunção da presidência da República Popular da China por Xi Jinping em 2013 trouxe a visão do “sonho chinês” que possui como principais metas se constituir uma sociedade moderadamente próspera até o ano de 2021 e tornar a China uma nação totalmente modernizada até 2049.

Além disso, Yu (2019, p. 33,34) aborda o Plano *Made in China* - MIC2025, o qual apresenta a estratégia chinesa de aceleração da industrialização para alcançar o sonho chinês. Para este autor, as tecnologias de informações e comunicação (TICs) são cruciais para a competitividade global das nações.

Do ponto de vista da Estratégia da China, Khan et al. (2018, p. 15) percebem que a *Belt & Road Initiative* (BRI) visa renovar a geopolítica global e retornar a Eurásia para a sua posição histórica de centro da civilização humana. Assim, busca estabelecer relações simétricas com os países vizinhos a fim de criar um ambiente pacífico para seu crescimento econômico. Nesse sentido, Kelkar (2018, p. 1,2) destaca a importância de uma componente da *Belt & Road Initiative* (BRI), a *Digital Silk Road* (DSR).

No que diz respeito ao papel da China na *Global Governance*, alguns autores demonstram uma percepção de que os regimes de *Global Governance* estabelecidos estão a evoluir de forma a contemplar a redistribuição de poder e a influência da China (Beeson & Li, 2016; Kurlantzick & West, 2020; Wu, 2018; Xuetong, 2018). Além disso, a postura da China mais proativa na política global tem gerado inúmeras disputas com os Estados Unidos, tema a que se dedicam vários autores (Yu, 2019).

De acordo com Eder et al., alguns autores alegam que a China tem investido na DSR para fomentar a sua expansão comercial, diminuir a dependência dos EUA e elevar o seu prestígio e poder no sistema de *Global Governance* (Eder et al., 2019).

Segundo Kurlantzick & West (2020), muitos países assinaram já acordos com a China, sugerindo uma possível interferência ou impacto na Ordem Global Digital. Para Fay & Medhora (2021), a China está determinada a se tornar um importante definidor de padrões que lhe permita incorporar sua tecnologia e disseminar seus valores globalmente. Para Ghiasy & Krishnamurthy (2021) a DSR atende a um objetivo mais amplo de estreitar a divisão digital global e desafiar o domínio dos EUA.

Esses temas investigados na pesquisa inicial da literatura serão abordados de forma mais detalhada nos capítulos 3,4 e 5.

Apesar de haver grande quantidade de literatura disponível sobre o sistema internacional como gestão económica internacional, comércio internacional, questões ambientais, bem como a ascensão da China, o Sistema de *Global Governance* e a *Belt and Road Initiative* (BRI), percebe-se que a sua componente específica, a *Digital Silk Road* (DSR), tem recebido menos atenção quanto outros temas. Sendo assim, foi observada uma lacuna em relação à compreensão da contribuição da DSR para a posição da China na *Global Governance Digital* e, por conseguinte, na *Global Governance*, de maneira mais ampla.

Ao abordar a estratégia chinesa da DSR e as suas implicações, este estudo contribui de forma tempestiva para a literatura que debate o papel da China na transformação do sistema de *Global Governance*.

1.3. Problemática e objetivos de investigação

A *Digital Silk Road* consubstancia uma iniciativa relevante da Estratégia Digital da China que poderá permitir uma redistribuição de poder e influência no sistema de *Global Governance*, notadamente da Ordem Global Digital. Nesta lógica, a questão-chave para orientação deste estudo é:

Como a *Digital Silk Road* contribui para o posicionamento da China na *Global (Digital) Governance*?

Com a finalidade de responder à questão-chave desta investigação, foi estabelecido o seguinte objetivo geral:

Compreender a Estratégia Digital da China, notadamente a *Digital Silk Road*, analisando se ou de que forma influenciará o seu papel na *Global Governance Digital*.

Por conseguinte, para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Analisar a evolução e as grandes características do sistema de *Global Governance*;
- b. Caracterizar o posicionamento geopolítico da China na *Global Governance*;
- c. Analisar a estratégia digital da China e a sua *Digital Silk Road*;
- d. Identificar e analisar os fatores que permitem estabelecer uma ligação entre a *Digital Silk Road* e o sistema de *Global Governance Digital* e o impacto que pode trazer para o sistema de *Global Governance lato sensu*.

1.4. Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está dividida em seis capítulos.

No Capítulo I encontra-se a Introdução onde é contextualizada a ascensão da China como potência mundial, sua estratégia geopolítica e geoeconómica para impulsionar seu crescimento e os impactos no Sistema de *Global Governance*. Além disso, apresenta uma pesquisa inicial na literatura, bem como a problemática e objetivos de investigação.

No Capítulo II, é abordado o enquadramento teórico que trata da Geopolítica e a relação de poder na estratégia internacional dos Estados, bem como as teorias de poder, teorias da estratégia e de *Global Governance*, inclusive da Global Digital Governance. Desta forma, remete ao objetivo específico desta investigação “Analisar a evolução e as grandes características do sistema de *Global Governance*”. Além disso, são apresentadas as opções metodológicas.

O Capítulo III conduz-nos a República Popular da China, sua modernização e estratégia de abertura para o mundo na busca de consolidar o seu estatuto de grande potência.

O Capítulo IV apresenta o Sistema de *Global Digital Governance* dado crescimento das tecnologias digitais e sua relevância no mundo atual. Desta forma, remete ao objetivo específico desta investigação “Analisar a evolução e as grandes características do sistema de *Global Governance*”.

O Capítulo V inicia-se uma discussão quanto à estratégia digital da China, a *Digital Silk Road* e seus impactos no Sistema de *Global Governance*. Assim, aborda a competição existente nos ecossistemas digitais e a estratégia da China a fim de atender as suas prioridades e promover a sua economia no Sistema de *Global Governance*. Desta forma, remete ao objetivo específico desta investigação “Analisar a estratégia digital da China e a sua *Digital Silk Road*”, oferecendo pistas para Caracterizar o posicionamento geopolítico da China na *Global Governance*”.

Por fim, o Capítulo VI expõe as notas conclusivas desta investigação, respondendo ao objetivo desta investigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1. Geopolítica e Poder na Estratégia Internacional dos Estados

O termo "geopolítica" foi cunhado em 1899 pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, apesar dos estudos que exploram a relação entre o espaço geográfico e o poder político antecederem largamente a contribuição conceptual oferecida por este autor (Bacuhy, 2021, p. 17).

Dentre os estudos antecedentes à Kjellén, destaca-se Friedrich Ratzel, que ficou conhecido por muitos como o “Pai da Geografia Política Moderna” por demonstrar que o Espaço (*Raum*) e a Posição (*Lage*) eram sinónimos de poder visto que ter mais espaço é possuir mais poder. Para Ratzel, o Espaço Vital (*Lebensraum*) representava o território necessário para que um Estado fosse forte, seguro e respeitado pelos seus vizinhos, de forma a justificar a luta territorial entre os Estados. Em sua obra *Politische Geographie*, ele apresenta esses conceitos e enfatiza que a relação entre o Homem e o Solo é indissociável e que o Estado é o resultado da conexão de um povo com seu território (Churro, 2013, p. 28).

Rudolf Kjellén, acadêmico e professor sueco de geografia e politologia, publicou em 22 de março de 1901 o artigo "A política como ciência" (*Politik och Vetenskap*) no jornal *Göteborgs Aftonblad* de Gotemburgo. O tema central do artigo era a relação do Estado com sua geografia, ou seja, o país onde o Estado se desenvolve. Kjellén comparava o Estado a um ser vivo e, ao explorar a política como ciência, relacionava-a com cinco ciências vizinhas: jurisprudência, sociologia, etnografia, história e geografia. Ele chamou de geopolítica a relação entre política e geografia, criando assim o neologismo. Inicialmente, a ideia recebeu pouca atenção e divulgação limitada. Contudo, em 1916, o conceito de geopolítica foi desenvolvido com a publicação do livro *O Estado como Forma de Vida* (Kjellén, 1917), que apresentava no capítulo II a geopolítica como um ramo da ciência do Estado. No final do século XIX, Elisée Réclus e Friedrich Ratzel já demonstravam interesse crescente em geografia e possivelmente tenham sido os maiores geopolíticos daquela época. Entretanto, Kjellén ignorou Réclus, francês e anarquista, e se tornou discípulo de Ratzel, alemão com uma visão determinista da geografia e que avançou apenas na geografia política. Como Kjellén percebeu que a geografia já era um fator determinante na política, apresentou o termo

geopolítica para definir a relação existente entre a geografia e o Estado: “A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país”. Assim, Kjellén buscou contrariar a ideia de que o Estado era fundamentalmente um conjunto de normas jurídicas (Correia, 2012, p. 230).

Outrossim, a Escola de Munique é reconhecida como a pioneira na abordagem geopolítica. Fundada em 1922, era liderada por Karl Haushofer, um geógrafo, militar e académico alemão, fundador do Instituto de Geopolítica (Correia, 2012, p. 231). Inicialmente, Haushofer (1986) corroborava com o quadro conceptual proposto por Kjellén, ao afirmar que “A geopolítica (...) é o estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas”. Todavia, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, a Escola de Munique passou a ser associada ao projeto do Terceiro Reich. E diante da ascensão do nazismo, da Segunda Guerra Mundial e da subsequente derrota da Alemanha, a geopolítica foi responsabilizada pelo desencadeamento da guerra e pelas estratégias adotadas por Hitler. Como resultado, a disciplina caiu no ostracismo (Correia, 2012, pp. 231–232).

Mais tarde, em 1951, o sociólogo brasileiro Josué de Castro (1974), em seu livro “A Geopolítica da Fome”, alegou que “A geopolítica (...) nada tem a ver com a *geopolitik* germânica, aquela pseudociência de Karl Haushofer, que não passava de uma nebulosa mistura de princípios contraditórios, que foi concebida com a finalidade única de justificar as aspirações expansionistas do Terceiro Reich”. Sendo assim, Josué de Castro estabeleceu que “(...) o que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados (...) É apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos na sua realidade espacial (...)”. Diante disso, as teorias anteriores à Escola de Munique foram retomadas (Castro, 1974).

Neste estudo, optou-se por adotar a definição utilizada nos meios militares portugueses, notadamente do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). De acordo com Correia (2012, p. 231), a geopolítica é conceituada como o “estudo das constantes e das variáveis do espaço (...) que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política”. Sendo assim, de forma simplificada, a geopolítica pode ser entendida como o “estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (Correia, 2012, p. 231).

De acordo com Agnew (2010, pp. 571–572), para o Ocidente, a narrativa geopolítica linear moderna conta com quatro elementos básicos, os quais mudaram em importância

relativa ao longo do tempo. O primeiro consiste numa visão global na qual o mundo, conforme conhecido a partir do século XVI, é concebido para ser explorado e dominado por intervenientes poderosos. Uma hierarquia de lugares, desde os legitimamente mais poderosos até os relativamente impotentes, é justificada com base em uma alegação objetiva sobre a desigualdade global das condições materiais naturais (recursos, acesso ao mar, etc.). Desta forma, as reivindicações políticas de certos estados são transformadas em reivindicações naturais sobre o mundo “como ele é”. O segundo elemento é a representação de diferentes partes do mundo seguindo um caminho linear, numa escala que vai desde o atraso até a modernidade, de forma que a Europa e a América do Norte possuem o suposto padrão de julgamento. Esse elemento pressupõe um terceiro, no qual o mapa singular do mundo é o mapa político de um mundo dividido em supostos estados-nação. Os estados territoriais são os atores individuais e a soberania do Estado é inerentemente territorializada. Finalmente, o quarto e vinculativo elemento, pressupõe que os Estados estão em competição constante entre si pela supremacia. Sob esta ótica, o alcance de elevadas taxas de crescimento económico automaticamente se traduz num desejo de maior poder em detrimento dos outros, e a anarquia do mundo além das fronteiras estatais torna esta tarefa inevitável (Agnew, 2010, pp. 571–572).

Um dos objetivos da geopolítica é sublinhar que a influência política é determinada não apenas pela posse de recursos, mas também pelo contexto geográfico onde esse poder é exercido. Fatores como localização, espaço e distância são cruciais em interações internacionais que envolvem conflito ou resistência, refletindo a máxima “o poder é local”, ou seja, as exigências políticas são projetadas através do espaço, de um local para outro na superfície da Terra. Isto não quer dizer que o ambiente geográfico determine os objetivos ou estratégias das políticas externas ou internas de um determinado Estado. mas oferece oportunidades que podem ser exploradas por decisores políticos. A exploração dessas oportunidades depende das estratégias formuladas pelos líderes para alcançar objetivos políticos específicos. Assim, a relevância atribuída às configurações geográficas surge das escolhas feitas por líderes, que moldam a política como um processo de tomada de decisão influenciado por fatores geográficos. A relação entre espaço, poder e ação política é, portanto, essencial para compreender a dinâmica global (Gray & Sloan, 2014, p. 2).

Na estratégia internacional, é igualmente relevante o estudo do poder. Segundo Loureiro dos Santos, o planeta é constituído por um conjunto de ilhas ativas. Aquelas sem peso específico e com capacidades desiguais apenas sobrevivem; outras com expressão

regional marcada e com possibilidade de terem alguma expressão de natureza global são denominadas de ilhéus de poder global. Outras ainda, cujos atributos ou fatores de poder lhes permitem exercer globalmente e de modo significativo a sua vontade e influência são conhecidas por ilhas de poder global (Santos, 2015, p. 10).

O autor destaca que o número de ilhas de poder global será sempre reduzido. No cenário atual, os Estados Unidos e a China constituem as ilhas de poder global. E a Índia e a Rússia, são duas quase ilhas, pois possuem os atributos necessários para serem um polo de irradiação de poder com expressão mundial (Santos, 2015, p. 10). Em concordância com o autor, neste estudo, a China é percebida como uma ilha de poder global.

A China é uma potência em acelerado crescimento económico e com laços de uma interdependência com a economia americana. Sendo assim, é evidente que ambos os países se constituem irmãos-adversários, os quais evitam desencadear estratégias de natureza económico-financeira que possam prejudicar um ao outro e levar a uma profunda recessão, com potencial de impacto global. Essa interação pode ser caracterizada como uma forma de dissuasão mútua (Santos, 2015, p. 12).

No mundo atual, a existência de grandes esferas de influência é um propósito das grandes potências (Santos, 2012). As megapotências tenderão a criar redes de ligação com potências para formar áreas de influência que consistirão nos novos impérios do futuro. Também, poderão alinhar-se mutuamente a fim de obter as melhores garantias para assegurar os respetivos interesses essenciais (Santos, 2015, p. 25).

Cabe ressaltar que a China possuía uma técnica de “vitimização” perante a ameaça externa. Ela se considerava vítima do imperialismo inglês, do imperialismo japonês e de outras presenças estrangeiras em seu território. Esses fatores refletem na cultura estratégica atual, a qual resulta da necessidade de o Partido Comunista preservar a sede do poder e a inserção da China no sistema internacional, como forma de reforçar, externamente, o poder interno, e como expressão do papel da civilização chinesa no mundo. Essa visão traduz o “espírito” chinês de vitimização em contraposição ao “espírito” ocidental de capitalista e colonizador (Lara, 2002).

Segundo Bacuhy (2021, p. 14), “No conjunto amplo do sistema internacional, a distribuição do poder e a competição internacional moldam os contornos do espaço geográfico. O espaço geográfico torna-se parte constitutiva da estrutura de poder internacional. É uma expressão concreta da evolução histórica do sistema internacional. A estrutura geopolítica é dinâmica e acompanha o equilíbrio de poder. À medida que mudam o

poder e os interesses no sistema internacional, toma nova forma a configuração do mapa geopolítico mundial”.

De acordo com este autor (2021, p. 15), nos últimos trinta anos, duas significativas transformações estruturais moldaram o sistema internacional. A primeira transformação ocorreu entre 1989 e 1991, marcada pelo declínio da União Soviética, o fim da bipolaridade da Guerra Fria e a ascensão dos Estados Unidos, estabelecendo um cenário unipolar. A segunda transformação está relacionada com a ascensão gradual da China ao longo das últimas décadas, que criou condições para um mundo crescentemente bipolar devido à sua rivalidade com os Estados Unidos. Isso marcou uma transição na percepção da existência de um “*flat world*”, de paz e prosperidade em razão de uma integração dos mercados por meio de fluxos comerciais e financeiros, para uma visão baseada no “retorno da geopolítica,” onde potências estabelecidas e revisionistas voltam a competir. Nesse intervalo de tempo, o centro de gravidade³ da geopolítica deslocou-se do Ocidente e Europa para o Leste Asiático, onde a competição entre os Estados Unidos e a China se manifesta em duas estratégias geoestratégicas distintas para a Eurásia: a Nova Rota da Seda e o Indo-Pacífico. Isso evidencia que o equilíbrio de poder está em constante transformação, e o mapa geopolítico nunca permanece estático (Bacuhy, 2021, p. 15).

Outras teorias destacam o fator tecnológico como o principal, ignoram o espaço geográfico e sugerem um poder global baseado apenas em avanços científicos e tecnológicos. Apesar de a globalização parecer diminuir a importância do espaço geográfico para atores não estatais, como empresas multinacionais e organizações terroristas, esses atores ainda buscam controle territorial, reconhecendo que isso fortalece seu poder. Portanto, o espaço geográfico continua relevante para a dinâmica do poder, mesmo em contextos não estatais e globais (Santos, 2015, p. 6).

Nas sociedades modernas, a tecnologia é uma das maiores fontes de poder pois tem impactos sociais imediatos e poderosos. O determinismo tecnológico afirma que as tecnologias possuem uma lógica funcional autônoma, independente da sociedade, embora possuam propósitos sociais. Como a tecnologia tem impactos sociais imediatos e profundos, o destino da sociedade é parcialmente moldado por ela, sem uma influência recíproca significativa. Visões distópicas da modernidade seguem essa linha determinista, defendendo

³ Segundo Ribeiro (2020, p. 179), o conceito de centros de gravidade tem sido aplicados de formas diferentes em razão da interpretação de autores sobre a expressão de Clausewitz. Alguns a utilizam como múltiplos pontos críticos, estratégicos e operacionais que podem ser atacados: outros como centros ou fontes de poder contrário.

que o progresso tecnológico é unilinear e que as instituições sociais devem se adaptar aos "imperativos" tecnológicos. O determinismo insinua que a tecnologia moderna é universal e inevitável, sendo o único fundamento da sociedade contemporânea. (Feenberg, n.d., pp. 1–4).

A tecnologia digital, juntamente com a Internet que transcende as fronteiras geográficas das nações soberanas, levanta diversas questões relacionadas à governança digital que teoricamente possuem repercussões globais, de forma a ultrapassar as preocupações meramente nacionais (Jia & Chen, 2022, p. 286).

Na estratégia geopolítica da China, a iniciativa da *Silk Road Economic Belt* se destaca, pois superou a rota que era puramente comercial. Além de impulsionar o desenvolvimento comercial e das regiões ao longo da rota, busca moldar o ambiente internacional, ao invés de seguir regras impostas por outras nações, de forma a incorporar características chinesas à globalização. Sendo assim, a iniciativa promove a conectividade entre os continentes asiático e europeu, fortalece a cooperação e estabelece princípios comuns para uma nova ordem mundial que integra elementos tanto chineses quanto ocidentais (Sárvári & Szeidovitz, 2018, p. 22).

A consolidação da internet, a expansão das infraestruturas de tráfego de dados e a disseminação de computadores e dispositivos móveis cada vez mais potentes criaram o cenário para o surgimento de tecnologias emergentes, como a coleta massiva de dados (*Big Data*) e o uso de algoritmos e inteligência artificial. Esses avanços impulsionaram a internet a abandonar seu caráter originalmente aberto e "democrático", sendo agora dominada por grandes plataformas digitais. Essas plataformas, que conectam diversos agentes (indivíduos, empresas, instituições e desenvolvedores), baseiam-se em uma coleta intensiva de dados e em tecnologias avançadas, o que lhes conferiu seu poder dominante (Valente, 2019, p. 349).

Por fim, segundo Bacuhy (2021, p. 41), “no momento em que a disputa se desloca também para tecnologias avançadas, como inteligência artificial, semicondutores, rede 5G, chips para manufaturas eletrônicas, robótica, *drones*, satélites, computação quântica e em nuvem, *big data*, áreas que poderão determinar a vantagem competitiva do futuro, ganha contornos mais nítidos o cenário de um “*Digital Great Game*” geoeconómico”.

2.2. Poder, Estratégia e Transição de Poder

O poder será mais ou menos potenciado consoante à estratégia adotada, conforme a proposta do Professor Ray S. Cline. Segundo sua equação: $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$, onde, P_p =poder percebido; C =massa crítica, que corresponde à soma de população e território;

E=capacidade económica, numa escala baseada no PNB; M=capacidade militar, convencional e nuclear; S=estratégia nacional e W=vontade nacional, o nível da integração nacional, a força da liderança nacional e a coerência entre a estratégia. Para Cline as três primeiras variáveis são objetivas, enquanto as duas últimas são subjetivas. Por conseguinte, no sentido amplo, o poder está inserido em quaisquer cenários de relação e interação humana. Já no sentido restrito, o poder está relacionado ao estudo tradicional da ciência política contemporânea juntamente com as relações internacionais (Castro, 2012, pp. 163–164).

De acordo com Dahl, algumas propriedades devem ser consideradas na análise das relações de poder, tais como: i. a existência de um período de tempo, mesmo breve, entre as ações do ator que exerce poder e a resposta do respondente é condição necessária para a relação de poder; ii. a noção de conexão é outra condição relevante, pois não há "ação à distância". Para que ocorra um fluxo de influência, controle ou poder, é crucial identificar se há uma conexão; caso contrário, a relação não prosseguirá.; e iii. sob a perspetiva intuitiva da relação de poder, destaca-se uma ação bem-sucedida, na qual A consegue que B realize algo que, de outra forma, não faria (Dahl, 1957, p. 204).

Robert Keohane e Joseph Nye observam uma mudança na perceção tradicional de que o poder militar é dominante sobre outras formas. Atualmente, a capacidade de gerar poder tornou-se mais complexa. Nesse contexto, poder é definido como a capacidade de um ator induzir outros a realizar algo que não fariam de outra forma, e isso a um custo aceitável para o ator (Keohane & Nye, 2001, pp. 9–10).

Para Castro (2012), o poder pode ser definido como o “produto dos recursos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder dos outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses”, ou, ainda, segundo Lara (2017, p. 238), como “o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento”.

Quanto ao poder político, este é atribuído ao Estado. Apesar de haver a perceção de que, no caso de ditaduras e regimes autocráticos, o poder está concentrado nas mãos de uma só pessoa, dada a impossibilidade de se governar sozinho, os poderes são repartidos, tanto a nível interno quanto externo (Lara, 2017, p. 240).

Além disso, sabe-se que no Estado moderno ocidental existe uma política de nacionalização e monopolização do poder político. Tendo em vista as novas realidades da política internacional, o Estado se utiliza do seu poder político para atender a um conjunto de

interesses da sociedade, notadamente de segurança, justiça e bem-estar material e espiritual (Lara, 2017, p. 241) .

Apesar ser um instrumental para fins de realização de um objetivo, ele não é passível de mensuração em termos quantitativos, pois se estabelece por meio uma relação (Maltez, 1996). Para Keohane & Nye (2001, p. 10), poder pode ser definido como a capacidade de um agente influenciar outros para realizar ações que, de outra forma, não seriam realizadas. Também pode ser compreendido como o controle sobre os resultados, de qualquer forma a sua medição não é uma tarefa simples. Sendo assim, existe a possibilidade de se analisar de duas maneiras: olhar para os recursos iniciais de poder que dão a um ator uma capacidade potencial; ou observar a influência real desse ator sobre os padrões de resultados (Keohane & Nye, 2001, p. 10). Apesar das dificuldades na sua operacionalização, análise e mensuração, a realidade é que a percepção do que é o poder é um exercício vital para a delineação da estratégia dos Estados.

A palavra Estratégia se originou na Grécia antiga e possuía relação com a guerra e a arte do comando (Dias & Sequeira, 2015, p. 17). A partir do século XVIII, o objeto da estratégia incorporou as perspectivas e técnicas das Ciências Sociais, notadamente da Ciência Política, e teve como foco a disputa entre vontades políticas (Ribeiro, 2020, p. 23).

Segundo Ribeiro (2020, pp. 22–23), “Estratégia é a ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades num dado ambiente de desacordo como um contrário”. Desta forma, Ribeiro percebe a estratégia como uma ciência, visto que se compõe de um objeto preciso, suscetível de investigação e análise, com recurso a ferramentas teóricas e a práticas independentes, ciclicamente transformadas pela atividade intelectual. Além disso, integra um método de investigação e análise que explica os fenómenos estratégicos (factos e acontecimentos) quanto à sua essência, causalidade e efeitos, recorrendo a ferramentas teóricas (perspetivas) e práticas (técnicas) próprias ou emprestadas de outras Ciências Sociais (Ribeiro, 2020, p. 22).

Como arte, Ribeiro (2020, p. 23) relata que de início o objeto da estratégia era centrado na arte de comando, e os fenómenos estratégicos eram explicados com recursos da História e da Tática. Por isso, os estudos estratégicos dessas épocas centravam-se na descrição dos combates. Contudo, a partir do século XVIII, o objeto da estratégia centrou-se na disputa entre vontades políticas. Em simultâneo, fruto dos progressos científicos, os estudos

estratégicos incorporaram as perspetivas e as técnicas de outras ciências sociais, sendo a Ciência Política a principal (Ribeiro, 2020, p. 23).

Segundo Dias & Sequeira (2015, p. 85), a política é vista como uma atividade de natureza competitiva que possui como objeto a obtenção e exercício do poder. A Ciência Política estuda o poder político, o qual nas sociedades modernas é de monopólio do Estado, portanto pode-se dizer que Ciência Política é a ciência do Estado. Por esta razão, “tudo o que é estratégico é político, mas nem tudo que é político é estratégico”. Consequentemente, a utilização da expressão “político-estratégico” é comumente substituída por apenas “estratégico” (Dias & Sequeira, 2015, p. 85).

Para Raymond Aron, a estratégia é "o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares e de diplomacia na condução do intercâmbio com outras unidades políticas. Desta forma, tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política” (Patrício, 2019, p. 189).

De acordo com Ribeiro (2020, p. 197), nas relações internacionais, onde vários atores interagem e almejam objetivos políticos diferentes estabelecidos com base na defesa de seus interesses, não há uma estabilidade duradoura nas suas relações. Sendo assim, segundo o autor, existe um processo dinâmico de ajustes e comparações de interesses, objetivos e poderes (Ribeiro, 2020, p. 197).

Na arena da política internacional, é fundamental examinar a distribuição de poder. Nesse sentido, Organski & Kugler (1980, pp. 14–16) propuseram três modelos relacionados a distribuição de poder. O primeiro modelo é o da “balança de poder” ou *balance of power*, o qual sugere que a paz é assegurada quando o poder é distribuído de maneira relativamente equitativa entre as grandes potências ou membros das principais alianças. Entretanto, a medida que as assimetrias na distribuição de poder se tornam evidentes, a probabilidade de guerra aumenta. O país cujo poder está em ascensão usará sua vantagem de poder superior para atacar adversários mais fracos. Por conseguinte, as premissas do modelo são: igualdade de poder conduz à paz; desequilíbrio de poder leva à guerra; e a parte mais forte é geralmente o agressor. Sendo assim, o principal mecanismo de manutenção do sistema da balança de poder é por meio de alianças uma vez que os recursos de poder de cada membro do sistema são compreendidos como inelásticos. O aumento do poder de uma nação pode ocorrer por meio dos seus aliados ou pela diminuição do poder de seus adversários de forma a separá-los de seus aliados através de persuasão, suborno ou subversão (Organski & Kugler, 1980, pp. 14–16). De forma simplificada, para Patrício (2019, p. 174), “em política internacional, a

balance of power politics é definida como uma atitude que visa evitar que um Estado tenha demasiado poder frente aos demais”.

O segundo modelo proposto por Organski & Kugler (1980, p. 17), conhecido como “segurança coletiva”, estabelece que uma vez que a distribuição de recursos de poder ocorra de forma extremamente assimétrica, todos os membros do sistema devem agir contra o agressor, “todos contra um” ou *all against one*. Segundo o autor, caso uma nação não cumpra seu dever por não ter interesse na ação ou o agressor vença os defensores potenciais, a chance de guerra aumenta. Todavia, se todos agirem contra um e, ainda assim, ocorrer a guerra, a defesa contra o agressor será inevitável. Desta forma, a segurança coletiva proverá segurança e não a paz. Por conseguinte, a assimetria de distribuição de poder onde defensores são mais fortes do que o agressor existirá a paz, mas se a distribuição de poder for igual ou aproximadamente igual, ocorrerá a guerra e o agressor será mais fraco do que os defensores (Organski & Kugler, 1980, p. 17).

Segundo Kim & Gates (Kim & Gates, 2015, p. 220), o terceiro modelo proposto por Organski & Kugler, a “Teoria da Transição do Poder”, é baseada em dois fundamentos principais. O primeiro fundamento estabelece que o poder de um país decorre do desenvolvimento interno. Uma vez que o desenvolvimento ocorre em ritmos diferentes, as nações subirão e cairão umas em relação às outras. O segundo fundamento está baseado na teoria de que o sistema internacional é moldado de forma decisiva pela nação dominante hegemônica. Quando um poder ascendente ultrapassa o poder dominante ocorre as transições de poder. Essas transições podem transcorrer de maneira pacífica quando a potência emergente está contente com a ordem global. No entanto, em determinadas situações, a mudança de poder pode desencadear conflitos armados (Kim & Gates, 2015, p. 220).

Um aspeto importante da Teoria da Transição do Poder é a natureza da estabilidade do sistema. Nessa teoria, assim como a Teoria da Estabilidade Hegemônica⁴, a estabilidade e manutenção do sistema global ocorre quando há a dominância hegemônica por meio da

⁴ Segundo a Teoria da Estabilidade Hegemônica (Kindleberger, 1973), a capacidade hegemônica de uma nação está relacionada ao controle e o predomínio em relação às fontes de matérias-primas, aos fluxos de capitais financeiros, aos mercados externos, bem como o predomínio em relação às vantagens competitivas na produção de bens de alto valor agregado. Para a existência e ascensão de uma economia mundial liberal é necessária a liderança de uma nação hegemônica; supondo-se que a hegemonia seja não apenas uma condição necessária à manutenção de uma economia internacional aberta, como também suficiente para a criação de um ambiente cooperativo (Vigevani et al., 1994, p. 12,13)

preponderância do poder. Nas duas teorias, os desafios à ordem levam à instabilidade (Gwadabe et al., 2019).

Para Organski (1958, pp. 364–365), a instabilidade surge a partir da dinâmica da desafiante da hegemônica e não simplesmente da distribuição de poder no sistema internacional. Desse modo, define um desafiante como uma nação poderosa insatisfeita com a ordem global (Organski, 1958, pp. 364–365).

Apesar do progresso da Teoria da Transição do Poder na academia, esta teoria não foi aplicada até o século XXI, quando o rápido crescimento da China e seu potencial impacto na região do Leste Asiático e na ordem de segurança global chamaram a atenção do mundo. (Kim & Gates, 2015, p. 220). Sendo assim, a China passou a ser percebida como potência emergente a qual desafia os Estados Unidos da América, que é considerado a potência dominante (Morgadinho, 2021, p. 9).

A política internacional consiste num sistema de interdependência complexa. Ao tratar da interdependência internacional, pode-se compreender que a interdependência assimétrica é uma fonte de poder entre atores. Sendo assim, a interdependência assimétrica refere-se ao poder de controle sobre recursos, ou no seu potencial para afetar os resultados. Contudo, raramente existe uma relação de um-para-um entre o poder medido com base em qualquer tipo de recurso e poder medido nos efeitos sobre os resultados. Uma das razões para isso, é que o comprometimento de um estado mais fraco pode ser muito maior do que de seu parceiro mais forte. O ator mais dependente pode estar (ou aparentar estar) mais disposto a sofrer. Por conseguinte, a manipulação da interdependência pode ser percebida como um instrumento de poder desde que se compreenda que existe limites desse poder (Keohane & Nye, 2001, p. 10).

Para Ribeiro (2020, p. 199), “o equilíbrio de poderes não corresponde às capacidades de pressões equivalentes, mas sim numa articulação entre os objectivos e poderes dos diferentes actores envolvidos e de outros que possuem a capacidade de evoluir a conjuntura”.

Segundo Lara (2017, p. 214), “a soberania, ou poder político soberano, consiste no poder (político) que não tem igual na ordem interna de um liderado nem superior na ordem internacional, sendo o poder político não soberano uma modalidade da soberania em algum dos seus atributos qualitativos”.

A globalização tem acarretado a erosão e desvalorização dos elementos constitutivos do Estado, conseqüentemente, ocorreu a “crise do estado soberano”, a qual consiste na perda gradual dos exercícios de poder face aos problemas globais que surgem, ao descompasso das capacidades funcionais do Estado, tanto para manter os atributos da soberania, quanto para

estabelecer objetivos de longo prazo e, ainda, desenvolver soluções para as novas ameaças e exigências desse processo de mudança acelerada e globalizante. Sendo assim, percebe-se uma crise relacionada à hierarquia de fidelidades institucionais visto que se transfere para outras entidades institucionais, por delegação de soberania, as competências para o exercício daquele poder (Santos, 2012, pp. 38–39).

Por fim, tendo em vista a crise do Estado, a complexidade da vida atual e da impossibilidade de um Estado subsistir sozinho no mundo, surge a tendência de formação de “grandes-espacos”, ou seja, super-organizações que transcendem os próprios Estados e que buscam realizar os fins destes. A celebração desses contratos é benéfica e não é obrigatória (Lara, 2017, p. 242). Por outro lado, para alguns autores, esses “grandes-espacos” ameaçam e fragilizam a relação existente entre a população, o território e a estrutura política (Santos, 2012, p. 39).

2.3. *Global Governance*

No debate acadêmico contemporâneo sobre política mundial, o tema *Global Governance* é muito disseminado pois vários processos ou estruturas de política, além do Estado, se declaram como parte de uma ideia geral de *Global Governance* (Dingwerth & Pattberg, 2006, p. 185). Avant et al. (2010, p. 1), compreendem *Global Governance* como “a soma das organizações, dos instrumentos políticos, dos mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas”.

Para Dingwerth & Pattberg (2006, p. 195), a *Global Governance* foi concebida como um projeto de integração global de longo prazo, para o qual a evolução da União Europeia pode ser considerada um modelo. Sendo assim, *Global Governance* pode ser vista como os esforços para conseguir respostas de forma mais ordenada e segura para os problemas sociais e políticos que vão além da capacidade dos países tratarem individualmente (Dingwerth & Pattberg, 2006, p. 195).

Apesar de o conceito nas relações internacionais estar precipuamente interessado em *política entre nações* e não dar muita atenção aos atores não estatais, o termo *Global Governance* não estabelece tal hierarquia. Desse modo, atribui igual importância a organizações não governamentais (ONGs), corporações transnacionais (TNCs) e atores científicos. Em suma, pode-se dizer que *Global Governance* implica numa perspectiva de multiatores na política mundial (Dingwerth & Pattberg, 2006, p. 191).

No presente estudo, o conceito de *Global Governance* aborda a política mundial como um sistema multinível no qual os processos políticos locais, nacionais, regionais e globais estão ligados (Dingwerth & Pattberg, 2006, p. 192).

A vertente do pensamento sobre a política mundial como *Global Governance* que mais se aproxima de uma teoria está essencialmente ligada à obra de James Rosenau (1995, p. 13). Partindo de um amplo entendimento de *governance*, Rosenau afirma que *Global Governance* refere-se a mais do que apenas instituições formais e organizações por meio das quais a gestão dos assuntos internacionais são ou não sustentados.

Para Rosenau (1995, p. 13), *Global Governance* se refere a “sistemas de regras em todos os níveis da atividade humana – desde a família até a organizações internacionais – nas quais a busca pelas metas por meio do exercício de controle possui repercussões transacionais”. Assim, o autor compreende o sistema das Nações Unidas e o governo como centrais para a condução da *Global Governance*, mas apenas como parte de um contexto maior.

Rosenau (1995, p. 15) explica que *Global Governance* não possui fronteiras geográficas, culturais, econômicas ou políticas. E, que por mais institucionalizado que o sistema de regras estiver, a *governance* não é uma constante em tempos turbulentos, mas sim um processo contínuo de evolução que flutua entre a ordem e desordem à medida em que as condições se alteram (Rosenau, 1995, p. 18).

A *Global Governance* não busca criar um governo mundial ou novas instituições poderosas, mas reforçar a coerência, eficácia e legitimidade das instituições existentes, bem como identificar e preencher lacunas no sistema multilateral e criar novas instituições apenas quando necessário. Para ser eficaz, a governança global precisa de multilateralismo institucionalizado e baseado em regras, com Estados que ocupem a posição de atores-chave que optam por compartilhar soberania. A governança global é multinível, com diversos níveis de autoridade. Os processos de integração regional devem ser incentivados e fortalecidos pois constituem instrumentos cruciais para a *Global Governance*. Além disso, para ser legítima, a *Global Governance* deve ser participativa, permitindo que atores não estatais desempenhem um papel eficaz ao lado dos Estados. Redes focadas em questões globais urgentes, envolvendo governos, organizações internacionais, empresas e a sociedade civil, podem facilitar o aumento da participação e criar pontes entre os diferentes atores (*Global Governance: The Next Frontier*, 2004, p. 9).

A partir de uma observação histórica, é possível verificar a evolução na *Global Governance*. Em 1918, ocorreu o primeiro esforço de instituição de uma organização intergovernamental, a Sociedade das Nações, a qual foi articulada pelo presidente americano Woodrow Wilson, e tinha como missão a paz mundial. O presidente Wilson rejeitava a ordem internacional tradicionalmente dominada pela Europa, seus instrumentos de diplomacia, doutrinas e conquistas territoriais e advogava por uma autodeterminação nacional, regras democráticas e uma economia mundial aberta e liberal (Simai, 1994, pp. 28–31).

Após a 2ª Guerra Mundial, os Aliados, vencedores da guerra, desejavam instituir uma nova ordem mundial. Como os Estados Unidos emergiram da guerra como o poder mais vitorioso, mais forte economicamente e militarmente do que os seus aliados, eles assumiram o papel hegemônico nos assuntos internacionais. Desta forma, promoveram um sistema mundial composto por Estados legitimados, democráticos e seculares que honravam os direitos individuais e facilitavam a participação dos cidadãos na sociedade. Economicamente, a visão americana era de um Estado capitalista, num sistema de mercado aberto baseado no direito da propriedade privada. Muitos desses objetivos foram compartilhados por membros da coligação dos Aliados. Assim, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas, que incorporou a ideologia americana com suas normas e princípios democráticos (Simai, 1994, pp. 28–31).

Contudo, até o final dos anos 80, a União Soviética assumiu o papel de antagonista dos ideais ocidentais e se tornou a força central do novo sistema mundial socialista. A União Soviética, juntamente com alguns Estados da Europa Central e do Leste Europeu, a China e outros países comunistas se tornaram opositores à ordem ocidental, bem como participantes da estrutura de poder global e de organizações intergovernamentais. Consequentemente, o sistema global ficou dividido entre duas ideologias contrastantes (Simai, 1994, pp. 28–31).

Em 1995, Rosenau (1995, p. 27) apresentou o conceito de “novo” regionalismo, que se difere do anterior pois, ao invés de ser um produto da bipolaridade da “Guerra Fria”, criado pelas superpotências por meio de um processo *top-down*; ele se apresenta no contexto de atual de multipolaridade, criado a partir de processos espontâneos de base *bottom-up*, onde os Estados constituintes encontram causas comuns e uma maior interdependência.

Mais tarde, o fenômeno da globalização, que abrange aspetos económicos, sociais, culturais, políticos e pessoais, redefiniu as relações entre sociedade e Estado. Assim, reconfigurou o papel do Estado nacional no cenário internacional, promovendo novas formas de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado. Como destaca

Pierik (2003, pp. 454–462), a globalização é um fenômeno multidimensional que desloca o poder de uma esfera local e nacional para padrões globais, resultando na diminuição dos poderes soberanos nacionais e na ascensão da governança global. Isso ocorre com o enfraquecimento dos Estados nacionais e o crescimento de organizações internacionais, supranacionais, ONGs (Organizações Não-Governamentais Internacionais) e empresas multinacionais que alteraram de forma significativa o balanço do poder e o conceito de poder político e preenchem o vácuo de poder, marcando a transição do declínio do governo para a emergência de uma governança global (Gonçalves, 2005, p. 4).

A Global Governance reflete uma complexidade maior desde o final da 2ª Guerra Mundial. Inicialmente centrada em Organizações Intergovernamentais (IGOs) e tratados bem definidos, como a ONU, o FMI e o BM, a atual arquitetura de governança global é caracterizada pela diversidade e multiplicação de instituições. Atualmente, há várias organizações formais e informais, tanto regionais quanto globais, tratados internacionais independentes, redes transgovernamentais, ONGs e parcerias público-privadas transnacionais. Essa transformação resultou num espaço de governança global muito mais denso e interconectado, evidenciando a complexidade e a dinâmica das interações internacionais contemporâneas (Haftel & Lenz, 2022, p. 2).

Neste contexto, enquanto a China busca proteger seus interesses nacionais no cenário internacional, ela também promove uma agenda de política externa que favorece a multipolaridade, a igualdade nas relações internacionais e o fortalecimento das nações em desenvolvimento. Isso reflete uma mudança em sua abordagem às instituições internacionais e à *Global Governance* (Shambaugh, 2013, p. 100).

Seja como for, a geopolítica crítica dirige a atenção para a forma como as imagens visuais (parcialmente particularmente mapas), linguagem (retórica política, analogias e metáforas) e desempenho político (práticas económicas e políticas relacionadas, por exemplo, com moedas e mobilizações militares) combinam-se para produzir imaginários geopolíticos que informam políticas externas “normais” e induzem à mudança à medida que diferentes partes se ajustam a imaginários novos ou em evolução (Agnew, 2001). A interface entre a política mundial em curso e as percepções chinesas sobre como a China se enquadra ou desafia as suas regras pode ser vista a partir desta perspetiva. Prossigo esta abordagem analisando primeiro a forma como a China é frequentemente incorporada na narrativa linear dominante da geopolítica ocidental. Em seguida, verifico como uma história completamente orientada para a China pode ser construída a partir de uma narrativa convencional sobre a diferença

chinesa. Finalmente, aponto para além da narrativa linear e da conceção ideográfica da geopolítica chinesa, para um ponto de vista crítico que enfatiza o quanto a China deve ajustar-se a um mundo não criado por ela própria, mas que também é fundamentalmente diferente de épocas anteriores de sucessão hegemónica e, portanto, não é realmente passível de domínio por um único Estado (Agnew, 2010, p. 571).

Há uma contradição essencial no discurso ocidental sobre o papel da China na governança global: embora muitos apoiem o envolvimento da China em teoria, na prática, são menos propensos a fazê-lo. Por outro lado, as nações asiáticas se preocupam menos com essa discussão e focam na manutenção de relações pacíficas e no fortalecimento de parcerias comerciais produtivas com a China (Shambaugh, 2013, p. 101).

No sistema internacional, Flyverbom et al. (2019, p. 1) percebem que as tecnologias digitais se tornaram cruciais para o desenvolvimento social e económico, enquanto que as questões relacionadas à crescente demanda de dados e as preocupações com a privacidade desempenham um papel proeminente na política global.

Segundo Ramanujam, o conceito de “Governança Digital Global” *Global Digital Governance*, compreende as normas, instituições e padrões que moldam a regulamentação do desenvolvimento e o uso das tecnologias. No entanto, essa dinâmica também acarreta implicações comerciais e políticas de longo prazo e gera uma disputa contínua entre os diversos atores na esfera da economia digital (Ramanujam, 2021, p. 1).

Finalmente, obstáculos à *Global Governance* incluem desequilíbrios de poder, desafios nacionais e internacionais relacionados à democracia e à legitimação. A ausência de um consenso ético-normativo global também impede o estabelecimento de um sistema robusto de *Global Governance* (Dingwerth & Pattberg, 2006, p. 194).

2.4. Opções Metodológicas

A fim de esclarecer as opções metodológicas desta proposta de investigação, destaca-se, em primeiro lugar, que este trabalho está pautado por uma ontologia de realidade subjetiva que considera a realidade socialmente construída, com uma visão epistemológica interpretativista, trabalhando assim numa abordagem pós-positivista.

Em segundo lugar, o método adotado nesta investigação é o estudo de caso simples, predominantemente qualitativo, com recurso à pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Berg (2001), “Os métodos de estudo de caso envolvem a coleta sistemática de informações

suficientes sobre uma pessoa, ambiente social, evento ou grupo específico para permitir que o pesquisador compreenda efetivamente como ele opera ou funciona”. Sendo assim, o estudo de caso permite construir, fazer proposições ou verificar os enquadramentos teóricos utilizados com base na pesquisa empírica baseada em casos específicos.

O estudo adotou uma abordagem qualitativa na medida em que analisou a evolução e as grandes características do sistema de *Global Governance*, tais como: o posicionamento geopolítico da China na *Global Governance*; a estratégia digital da China e a sua *Digital Silk Road*; os fatores que permitem estabelecer uma ligação entre a *Digital Silk Road* e o impacto do sistema de *Global Governance* Digital e para a *Global Governance*.

Considera-se mais aderente a abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, visto que a investigação proposta está associada aos paradigmas pós-positivistas e a pesquisa qualitativa é que melhor se coaduna com o tema da investigação, já que existe uma relação entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, sobre a qual não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos. Assim, busca compreender o fenómeno estudado, que neste caso, é um fenómeno complexo, de natureza social e difícil quantificação (Liebscher, 1998, pp. 668–680) e, a partir do observador, a pesquisa irá, por meio de observações e análises abertas, compreender as tendências e os processos que explicam o fenómeno (Vilelas, 2020).

2.4.1. Recolha de Dados

No que se refere às técnicas de coleta de dados, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica e documental. A opção pela pesquisa bibliográfica é justificada pela capacidade de abordar diversas questões e pela facilidade em encontrar dados secundários para aprofundar a análise do tema.

A escolha dessas decorre da complexidade de conduzir entrevistas e observações na China, devido às barreiras de comunicação e à dificuldade em obter uma amostragem representativa para a pesquisa proposta. Ademais, a utilização de fontes documentais relacionadas ao tema é uma estratégia essencial em estudos de caso, fornecendo informações para contextualizar o caso, adicionar dados ou validar evidências de outras fontes. Desse modo, a investigação concentrou-se na recolha de dados à respeito da Estratégia Digital da China, da *Belt & Road Initiative* (BRI), da *Digital Silk Road* (DSR) e da *Global Digital Governance*.

A investigação foi realizada por meio da observação documental. Por sua vez, os dados foram recolhidos tanto em fontes documentais diretas como indiretas.

Dados recolhidos das fontes documentais diretas:

- *Made in China 2025*;
- Documentos do *State Council of the People's Republic of China* (2021);
- *China Digital Strategy*;
- *Digital Silk Road (DSR) Strategy*; e
- Artigos da imprensa oficial chinesa como da Agência Xinhua¹³.

Dados recolhidos das fontes documentais indiretas:

- Bibliografia e dissertações de mestrado sobre o tema;
- Artigos de revistas científicas tais como: *Revista Geopolítica*, *Third World Quaterly*, *The Chinese Journal of International Politics*, *Revista de Sociologia e Política*, *Revista de Cultura e Política*, *China Quaterly of International Strategic Studies*, *Chinese Journal of International Politics*, *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*;
- Artigos e relatórios publicados pelo *Council on Foreign Relations*, *Observer Research Foundation*, *Merics - Mercator Institute for China Studies*, *Global Cybersecurity Index (GCI)* da União Internacional das Telecomunicações (UIT), *The Global Competitiveness Report do World Economic Forum*, *Global Innovation Index*, dentre outros; e
- Artigos da imprensa internacional: *The Economist*, *Época Negócios*, *The New York Times*.

2.4.2. Análise dos dados

Os dados recolhidos foram objeto de uma análise temática, método para identificar, analisar e reportar padrões ou temas observados nos dados. A opção pela Análise Temática se deu notadamente em razão da sua flexibilidade, facilidade de execução e compreensão (Braun et al., 2017, p. 79).

A análise temática é um método de análise qualitativa de dados que busca identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Neste estudo foi utilizada uma abordagem reflexiva e definido um conjunto de temas a serem investigados. Inicialmente, foram desenvolvidas as seguintes fases da análise temática: 1. Familiarização com os dados e anotações das ideias iniciais – contato prévio com informações e verificação da profundidade; 2. Organizar e codificar dados de forma sistemática – com base nas questões

desenhadas; 3. Agrupar códigos em temas potenciais – definição das relações e subtemas; 4. Revisão dos temas – refinamento; 5. Definição dos temas – identificação; e 6. Produção da dissertação (Souza, 2019, pp. 62–63).

Finalmente, foram selecionados os seguintes temas: Estratégia, Teorias do Poder, Geopolítica, o sistema de *Global Governance*, a *Global Digital Governance*, a modernização da República Popular da China, a estratégia digital da China, a *Digital Silk Road* no contexto da *Belt & Road Initiative*. A flexibilidade esteve presente pois no desenvolvimento do presente estudo onde alguns temas se mostraram mais prevalentes do que outros e foram reagrupados para facilitar a análise.

Nesta investigação foram analisados: a Estratégia Digital da China, notadamente da *Digital Silk Road* (DSR) e sua influência na *Global Digital Governance* e na *Global Governance* em geral.

2.4.3. Limitações à investigação

Os limites impostos à derivam principalmente da natureza recente dos temas, o que dificulta uma análise mais aprofundada, da opacidade do sistema político chinês, que complica o acesso à informação e a recolha de dados, e das diferenças linguísticas que aguardar a tradução de fontes documentais e correr o risco de o texto traduzido possa diferir do original. Por fim, compreende-se que no estudo de caso da China pode haver dificuldade de encontrar alguns dados e informações que não são divulgadas. Esse desafio foi trabalhado por meio da consulta a diversas fontes e por um monitoramento constante de alguns canais de informação.

3. A RPC E SUA ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO NACIONAL

3.1. A República Popular da China e o Partido Comunista como guia do Estado

Primeiramente, é fundamental destacar a notável geografia da China. O país se estende pelo Nordeste Asiático e ocupa a posição de terceiro maior território global. A China faz fronteira com outros quatorze países. No entanto, uma parte substancial de seu território é de difícil acesso. Além disso, detém o título de nação mais populosa do mundo, com 80% de sua população concentrada em apenas 15% de seu território (Neves, 2014).

O extenso território chinês é abundante em recursos naturais. Embora possua uma variedade de minerais e detenha o maior potencial hidroelétrico do mundo, a quantidade de recursos per capita ainda permanece abaixo da média global. Portanto, a China busca complementar suas necessidades explorando recursos em países do continente africano e do Oriente Médio. Além disso, a escassez de água e os desafios relacionados à poluição representam ameaças significativas, podendo potencialmente impactar a estabilidade econômica e social do país (Neves, 2014).

A interação entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e o governo é fundamental em sistemas políticos leninistas. O Partido é considerado "a expressão organizada da vontade da sociedade" (Schurmann 1968, 110) e orienta as ações do governo, comumente nomeado pelos chineses como "estado" (*guojia*), porém, mantém sua distinção em relação ao governo (Lieberthal & Lampton, 1992, p. 60).

Embora o Partido Comunista esteja interligado com o Estado e a sociedade, é uma entidade política distinta. O PCC é uma organização de elite com 47,75 milhões de membros, representando menos de 5% da população total da China (Xinhua, 17 de junho de 1988). De acordo com Lieberthal & Lampton (1992, p. 60), a maioria dos membros do Partido desempenha funções como trabalhadores, agricultores, profissionais liberais, entre outros, e participam apenas nas atividades partidárias em regime de tempo parcial. No entanto, são obrigados a seguir a orientação dos comitês do Partido em suas unidades de trabalho e em níveis superiores. Segundo o autor, o termo "Partido" aqui mencionado refere-se a uma instituição burocrática formal com mais de 1 milhão de funcionários profissionais em tempo integral, conhecidos como "quadros" do Partido, e uma estrutura permanente em todos os níveis do sistema político. No topo do PCC encontra-se a organização nacional do Partido liderada pelo Comitê Permanente do Politburo, o Politburo (Lieberthal & Lampton, 1992, p. 60).

Segundo o modelo leninista, o poder total da decisão política, em teoria, é detido pelo Comitê Central do Partido Comunista, o qual é conferido e renovado pelo Congresso do Partido. O Comitê Central tem a prerrogativa de eleger os membros do Politburo e do seu Comitê Permanente, que representa o núcleo duro do sistema de poder. O Congresso do Partido Comunista desempenha um papel de sancionar as estratégias definidas pelo Comitê Permanente do Politburo, que constitui o órgão supremo do poder na República Popular da China (Romana, 2005, pp. 81–83).

O Comitê Permanente do Politburo possui o poder de decisão sobre a política externa em relação à países-chave, que se dividem em 2 grupos: i. países de importância estratégica em assuntos mundiais (Estados Unidos, Rússia e Japão), e ii. países de importância geográfica para a China (Coreia do Norte, países da ASEAN⁵, Índia, Paquistão, Cazaquistão e Mongólia), além de países “sensíveis” como Israel, Coreia do Sul e África do Sul (Ning, 2000).

Segundo Guo (2000, p. 80), em sociedades totalitárias comunistas, há uma ligação entre o Partido e o Estado, sendo que o Partido é o dominante. Na China, o Partido Comunista é considerado o “Estado-Estado”. Para o autor, todas as decisões-chave são monopolizadas pelo Partido, e os membros dos Comitês Permanentes do Partido são desempenham funções governamentais, entre outras responsabilidades (Guo, 2000, p. 80).

De acordo com Lieberthal & Lampton (1992, p. 25), as reformas da década de 1980 criaram uma impressão de grandes transformações na governança da China. Em parte, essas mudanças foram substantivas e significativas. Por exemplo, as reformas alteraram consideravelmente os fluxos de informação no sistema e diminuíram drasticamente o papel da ideologia na estruturação da formulação e implementação de políticas. No entanto, há o risco de exagerar o impacto real das mudanças nas práticas burocráticas da China promovidas pelas reformas (Lieberthal & Lampton, 1992, p. 25).

Mesmo em documentos-chave de reforma, como o discurso proferido por Zhao Ziyang no 13º Congresso do Partido, atribui-se ao Partido a responsabilidade por todas as decisões importantes, a verificação da implementação dessas decisões e o poder de nomeação para cargos de destaque. Contudo, o estado atual do Partido, incluindo sua organização, métodos de trabalho e, em certa medida, sua identidade burocrática, permanece um tema com pouca informação e muita confusão entre acadêmicos estrangeiros (Lieberthal & Lampton, 1992, pp. 27–28).

A discussão sobre o Partido é complicada pela falta de acesso à informação. Na década de 1980, a imprensa chinesa tornou-se mais aberta sobre os problemas do governo, mas abordava o Partido com cautela. Análises abrangentes sobre as dificuldades no Partido muitas vezes se baseavam em dados anedóticos frágeis. A investigação sólida sobre a organização e funcionamento do Partido permanece indisponível para analistas estrangeiros, que, compreensivelmente, evitavam explorar detalhes que poderiam comprometer a

⁵ Association of Southeast Nations, informações em <https://asean.org/>

hospitalidade oferecida pelos anfitriões chineses. No entanto, é importante esclarecer o papel e a dinâmica do Partido no sistema político chinês (Lieberthal & Lampton, 1992, p. 28).

É crucial dar mais atenção à mobilidade profissional, as características pessoais dos membros, posições dentro do Partido e outros fatores que influenciam a autoridade e, conseqüentemente, o comportamento dos membros do Partido. Compreender os procedimentos de tomada de decisão e os pontos de vista dos vários órgãos do Partido demanda esforço significativo. O papel do Partido pode variar por setor, sendo mais relevante em áreas como propaganda, organização, segurança pública e trabalho rural, e menos impactante na economia urbana e forças armadas, embora essa dinâmica também possa mudar ao longo do tempo (Lieberthal & Lampton, 1992, p. 28).

De acordo com Brødsgaard (2018, p. 387), a China, na era após Mao Tsé-Tung, passou de um autoritarismo revolucionário para um autoritarismo resiliente. Nesse mesmo período, o partido evoluiu de um partido de massas para um partido de elite, liderado por uma burocracia profissional de quadros partidários, muitos dos quais ocupam funções no Estado. Segundo o autor, nos últimos anos, notadamente no governo de Xi Jinping, o Partido Comunista Chinês (PCC) intensificou o seu controlo sobre a sociedade chinesa. Conforme declarou Xi Jinping em seu relatório no 19.º Congresso do Partido, ocorrido em outubro de 2017, “o Partido exerce liderança geral sobre todas as áreas de atividade em todas as partes do país” (Agência de Notícias Xinhua, 2017). Esta declaração de Xi destaca claramente a centralidade do PCC no estudo da política chinesa (Brødsgaard, 2018, p. 387).

No início da década de 1960, o PCC ainda era considerado um partido de massas e a maioria dos membros do partido eram trabalhadores e agricultores com um baixo nível educacional. Ao longo dos anos, o partido passou por uma transformação significativa, assumindo uma característica mais elitizada. Algumas estatísticas refletem essa mudança. Em 1950, havia 5,8 milhões de membros do PCC, em comparação com 89,5 milhões de membros no final de 2016. Em 1950, 63,8% dos membros do partido eram analfabetos, 30,4% tinham terminado o ensino primário, 4,1% possuíam o ensino médio e apenas 0,6% tinham o ensino superior. Esse cenário alterou-se drasticamente ao longo dos anos. No final de 1998, apenas 3% dos membros eram analfabetos. A proporção dos membros com ensino primário era de 21,8%, enquanto os graduados do ensino médio aumentaram para 45,4%, e os diplomados do ensino superior atingiram 18,3%. No final de 2016, 41 milhões de membros, ou seja, 45,9% do total, possuíam diplomas educacionais universitários ou superiores (Brødsgaard, 2018, pp. 387–388).

Cabe destacar que, segundo Brødsgaard (2018, p. 390), houve uma evolução na composição dos membros do PCC, o que reflete uma mudança significativa na sua estrutura. Os trabalhadores e agricultores passaram a representar um terço dos membros, em comparação com dois terços na época da fundação da República Popular da China. Novos estratos, como pessoal técnico e de gestão, emergiram como grupos importantes no partido. Em 1950, por exemplo, a composição do PCC era predominantemente composta por agricultores (55,6%) e trabalhadores (2,8%), com uma pequena percentagem de funcionários de organizações estatais e partidárias (11,7%) e estudantes (0,8%). Já em 1998, a representação de agricultores caiu para 32,7%, enquanto a de trabalhadores aumentou para 11,6%, o que resultou numa diminuição de 14 pontos percentuais na combinação de trabalhadores e agricultores. Uma nova categoria de quadros, incluindo pessoal técnico especializado, representou 30,0%, enquanto aposentados e estudantes representaram 14,8% e 0,4%, respetivamente. E, no final de 2016, os trabalhadores representavam 7,9%, agricultores 28,9%, pessoal técnico 14,7%, estudantes 2,1%, e aposentados 18,9% dos membros do partido. Os funcionários em órgãos do partido e do estado correspondiam a 8,5%, enquanto uma categoria adicional nomeada de “pessoal de gestão em empresas estatais e *shiyè danwei*⁶ também em empresas não-estatais” totalizavam 10,4% (Brødsgaard, 2018, p. 390).

Adicionalmente, nos sistemas políticos dominados por um Partido Comunista, os militares são considerados um instrumento do próprio Partido. Na prática, há uma simbiose entre as Forças Armadas e o PCC. A subordinação do Exército de Libertação do Povo (EPL) à liderança do PCC está formalmente estabelecida na Constituição (Romana, 2005, pp. 174–177).

A interpretação sobre o controlo do EPL pelo PCC tem gerado distintas análises entre os estudiosos. Edwin A. Winckler categoriza essas abordagens como “*tight and loose interpretation*”. Sob a perspetiva “*tight*”, as instituições leninistas de controlo sobre as Forças Armadas permanecem intactas, embora haja uma diminuição gradual da influência das decisões pessoais na instituição militar, parcialmente devido à mudança geracional e ao desaparecimento dos líderes revolucionários. Na perspetiva “*loose*”, o EPL é visto como uma

⁶ The Public Institutions in China, or *Shiyè Danwei* (Chinese: 事业单位), refers to organizations involved in the cultural, educational, sporting and medical care sectors, providing social services and welfare to the public under the sponsorship of the State and local governments. The institutions usually include media, publishing houses, public schools and hospitals. China has a total of 1.26 million public institutions with over 40 million employees. http://wiki.china.org.cn/index.php?title=Shiyè_Danwei

organização com considerável autonomia dentro da estrutura do Partido-Estado (Romana, 2005, p. 177).

No início dos anos 80, o PCC implementou uma reforma no sistema de quadros com o objetivo de rejuvenescimento de seus oficiais. Como resultado, a saída dos velhos revolucionários marcou o fim da “era revolucionária”, dando lugar a uma nova era liderada por “tecnocratas”. Na década de 90, estes “tecnocratas” passaram a constituir a maioria nas lideranças dos órgãos do Estado e do Partido (Romana, 2005, pp. 154–155).

Em 1997, dentre os 189 membros provenientes do 14º Comitê Central, aproximadamente de 54% desses membros, ou seja, 103 indivíduos, perderam seus assentos. No 15º Comitê Central, uma nova geração de líderes regionais e responsáveis militares assumiu esses lugares. Nesse novo contexto, essa nova liderança confronta dilemas relacionados ao equilíbrio entre “tradição” burocrática e a “modernização” proposta. Estes dilemas abrangem questões como o sistema de tomada de decisão de pessoas recrutadas sob a lógica do “expert” em contraste com a lógica do “*red*” (os antigos dirigentes). Além disso, o rejuvenescimento do quadro de líderes em busca de oportunidades de promoção política de forma a gerar uma disputa política interna no Partido, e a “tecnocratização” da tomada de decisões, que tende a uma autonomia em relação às orientações verticais, apoiando-se em núcleos de assessoria (Romana, 2005, p. 159).

O sistema de comando e controlo militar chinês é influenciado pelo sistema de controlo do PCC, estendendo-se por todos os níveis do Exército Popular de Libertação (EPL). Os comandos militares desempenham funções militares, ao passo que os comissários políticos são responsáveis pela orientação ideológica e “moral” dos militares (Romana, 2005, p. 193).

3.2. A modernização da China

Até o século XVIII, a China imperial era a nação mais avançada do mundo. Contudo, experimentou uma fase de isolamento, estagnação e declínio. Com o fim da I Guerra Mundial, da Revolução Soviética, da II Guerra Mundial e da Revolução Chinesa, uma nova realidade geopolítica se configurou. O Japão, o Taiwan e a Coreia do Sul foram reconstruídos e integrados à influência americana de tal forma que os Estados Unidos alcançaram uma ascendência sobre a Ásia Insular e Peninsular do Pacífico. A Ásia continental tinha cunho socialista e o sul se manteve numa posição neutra (Visentini, 2011, p. 132).

Até o início da década de 60, a China almejava resolver seus problemas relativos à segurança decorrentes da revolução, assim como os desafios econômicos e internacionais. Já

no período de 1960 a 1970, o Partido Comunista da China (PCC) buscou conquistar autonomia e independência, com o respaldo da União Soviética (Visentini, 2011, p. 132).

No princípio da década de 1970, a China e os Estados Unidos reataram seus laços em prol de uma aliança antissoviética que teve implicações significativas. Essa colaboração permitiu à China ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e normalizar suas relações com a várias nações. Este período marcou o fim de um longo ciclo de conflitos internos, isolamento diplomático e marginalização. Com a morte de Mao Zedong em 1976, o poder foi gradualmente assumido pelo grupo reformista liderado por Deng Xiaoping. No final da década, o PCC lançou uma série de reformas econômicas que resultaram em uma abertura externa seletiva e na adoção de novos padrões de desenvolvimento (Visentini, 2011, p. 132).

Em 1978, durante a Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central, foram introduzidas políticas de comprometimento com a reforma e abertura, conhecidas como “*reform and opening*” (Shambaugh, 2013, p. 6). A modernização do país foi orientada para quatro áreas principais: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. A implementação das “Quatro Modernizações” envolveu reformas econômicas internas a fim de promover a gradual descoletivização da agricultura, a introdução de elementos de uma economia de mercado na estrutura socialista, o estabelecimento de áreas específicas para atrair investimentos estrangeiros e tecnologia, e a criação de empresas transnacionais, especialmente voltadas para a exportação. Além disso, novas legislações foram editadas para viabilizar a criação de alguns mecanismos capitalistas e o estabelecimento de capitais e empresas estrangeiras nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (Visentini, 2011, p. 132).

Sob uma perspectiva externa, a China procurou aproveitar as vantagens da sua parceria com os Estados Unidos. A normalização das relações com o Japão ocorreu, e a influência da *Pax Americana* na Ásia foi gradualmente desmantelada. As reformas econômicas, a aliança com os EUA e a abertura para o exterior desempenharam papéis essenciais ao integrar a China no cenário internacional e promover uma imagem de credibilidade que atraiu investimentos estrangeiros (Visentini, 2011, p. 133).

Após 1978, começou um processo de intensificação na integração comercial, caracterizado por taxas de crescimento cada vez mais rápidas. O comércio bilateral experimentou um marco significativo em 1972, quando os EUA suspenderam o embargo comercial à China. Inicialmente, os volumes de comércio entre os dois países eram modestos, levando-se em consideração as dificuldades políticas prevaletentes nesse período, as quais

começaram a ser superadas a partir de 1978. A normalização das relações teve um impacto substancial na balança comercial. Consequentemente, em 1984, os EUA emergiram como o terceiro maior parceiro comercial da China, atrás apenas do Japão e de Hong Kong. Por outro lado, a China ocupava a 14ª posição como maior parceiro comercial dos EUA. Em 1988, representava aproximadamente 1,7% do comércio externo total dos EUA, e em 1990, essa participação subiu para 2,2% (Wang, 2013, p. 2).

Na década de 80, a China iniciou um processo de abertura para o mundo e implementou uma estratégia de investimento em educação, ciência e tecnologia no exterior. Nos anos 90, o governo incentivou as empresas comerciais chinesas a expandirem internacionalmente, ao adotar a abordagem conhecida como “*Go Out*”, e promoveu a globalização de organizações por meio da iniciativa “*Go Global*”. Mais tarde, em 2007, foram consolidadas iniciativas internacionais provenientes de diversas organizações, regiões e indivíduos chineses (Shambaugh, 2013, p. 6).

No século XXI, havia uma dependência da economia chinesa em relação aos países desenvolvidos do Ocidente, bem como ao Japão e a alguns vizinhos asiáticos. Mesmo assim, o nacionalismo chinês desafiou a liderança internacional dos Estados Unidos e de seus aliados na Ásia Oriental, notadamente o Japão e Taiwan. Enquanto buscavam manter relações econômicas favoráveis com seus países vizinhos e os Estados Unidos, os chineses empenhavam-se em enfraquecer o poder global dos EUA e sua influência, com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais "multipolar" (Sutter, 2012, pp. 28, 29).

De acordo com Santos (2015, p. 25), essa busca da China em manter alianças e relações com os seus países vizinhos corrobora com a teoria de que a existência de esferas de influência é um propósito das grandes potências a fim de defender seus interesses fundamentais. Desta forma, segundo um artigo publicado Zhang & Tang (2005, pp. 48–68), a estratégia chinesa abrange várias iniciativas importantes:

- Buscar cooperação abrangente e parcerias com todos os estados em torno da periferia da China e governos importantes em outras partes do mundo;
- Enfatizar e demonstrar autocontenção chinesa para contribuir com uma imagem benigna da China e não como uma ameaça, mas como uma oportunidade para o mundo;
- Disponibilidade para deixar de lado queixas repetidas e vocais do passado contra domínio e "hegemonia" dos EUA na política mundial, desde que os Estados Unidos

não desafiem os principais interesses chineses em relação a Taiwan, o seu governo do Partido Comunista e questões relacionadas;

- Uma abordagem chinesa para o desenvolvimento econômico que abra a economia chinesa para uma influência internacional ainda mais ampla, de modo que, com o aumento da importância econômica da China, os benefícios de sua ascensão são amplamente compartilhados por todo o mundo. Assim, a nova posição da China é menos provável de ser vista como uma ameaça à economia internacional ou para as economias dos países que interagem com a China; e
- Cada vez maior envolvimento chinês com instituições regionais e multilaterais. Este esforço visa melhorar o perfil internacional da China enquanto canaliza o poder chinês para essas instituições, reduzindo assim as suspeitas de vizinhos e de potências mundiais significativas, notadamente os Estados Unidos.

Quanto à modernização militar da China, o processo ocorreu de forma acelerada e se tornou um desafio crescente para as forças armadas avançadas dos Estados Unidos e de seus aliados na Ásia Oriental. Em Taiwan, os avanços chineses no desenvolvimento de mísseis balísticos e de cruzeiro, aliados à aquisição de armamento russo de alta tecnologia, constituíram grandes desafios. Portanto, Taiwan é uma preocupação primordial da China, especialmente em termos de segurança, de forma a constituir o ponto mais sensível nas relações políticas e militares entre os Estados Unidos e a China. Como desafios futuros estão a continuidade das vendas de armas e as implantações de defesa dos EUA na região (Sutter, 2012, p. 29).

Em 2013, Xi Jinping assume a presidência da República Popular da China, com uma visão de socialismo com características chinesas para uma nova era, a qual foi nomeada de “o sonho chinês”. O conceito de “sonho chinês” (*Chinese Dream*) apresentado no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista na China⁷ (18º NCCPC), em 29 de novembro de 2012, se tornou um componente fundamental da ideologia de Xi Jinping. Esse sonho representa o ambicioso objetivo do grande rejuvenescimento da nação chinesa, com duas metas principais: alcançar a condição de uma sociedade moderadamente próspera até o ano de 2021, ano do centenário do Partido Comunista Chinês; e tornar a China uma nação totalmente modernizada até 2049, ao celebrar o centenário da República Popular da China (Yu, 2019, pp. 32–33).

Segundo as autoridades chinesas, a modernização da China resultará na retomada de sua liderança em Ciência e Tecnologia, assim como em âmbitos econômicos e empresariais.

⁷ 18º NCCPC - http://mz.china-embassy.gov.cn/por/ssxw/201211/t20121117_6716339.htm

Esse processo impulsionará o ressurgimento da civilização chinesa juntamente com seu influente poder cultural e militar. Adicionalmente, a China buscará estabelecer-se como uma potência global por meio do seu processo de modernização (Yu, 2019, p. 33).

Segundo Yu (2019, p. 33), para que a China se torne uma potência global, foi elaborado o Plano *Made in China* - MIC2025 (Wübbeke et al., 2016), o qual constitui uma estratégia chinesa para alcançar o sonho chinês. O MIC2025 tem por objetivo acelerar a industrialização e, para tal fim, possui um cronograma de três etapas, a saber:

- Até 2025, a China melhorará a informatização das indústrias manufatureiras e terá várias multinacionais e clusters industriais com competitividade global, ajudando a China a crescer em Cadeia de Valor Global;
- Até 2035, a China alcançará a industrialização e terá algumas tecnologias essenciais (*core technologies*) em setores industriais importantes; assim, obterá uma posição de liderança em indústrias competitivas; e
- Em 2049, a China terá um sistema industrial avançado e se posicionará na vanguarda tecnológica e, assim, se tornará uma potência manufatureira.

Uma das prioridades para a China é o desenvolvimento de novas tecnologias de informação que tem relação direta com a quarta revolução industrial (Yu, 2019, p. 34). Nessa quarta revolução industrial, as máquinas, itens e funcionários estão conectados a uma rede em realidade virtual por meio da Internet das Coisas (IoT) (Szoza, 2017, p. 401).

Yu (2019, p. 34) percebe que essa realidade virtual funciona por meio de conexões digitais; portanto, a tecnologia de informações e comunicação (TIC) “dominará os futuros modelos de negócios”. Em outras palavras, as TIC são cruciais para a competitividade global das nações.

No contexto estratégico doméstico e internacional da China, a modernização tem um papel relevante no crescimento econômico e a supremacia tecnológica global é um objetivo a ser alcançado (Neves, 2014, p. 88).

Nesse cenário, a BRI é uma estratégia que visa renovar a geopolítica global e retornar a Eurásia para a sua posição histórica de centro da civilização humana (Khan et al., 2018, p. 15). Desta forma, trabalha para construir relações simétricas com os países vizinhos a fim de criar um ambiente pacífico para seu crescimento econômico (Khan et al., 2018, p. 13).

O modelo de globalização da China advoga um desenvolvimento sustentável e mútuo fundamentado na ideia de uma cooperação “ganha-ganha” (*win-win*), na qual são percebidos

vantagens e benefícios de forma equitativa por ambas as partes. Além disso, é assegurado o respeito à propriedade do Estado e à sua identidade soberana (Khan et al., 2018, p. 8).

Ikenberry & Lim (2017, p. 4) percebem que, em virtude das suas relações comerciais e de investimentos realizados, países do Oeste Asiático e de outras partes do mundo estão cada vez mais ligados à China. Consequentemente, a China realiza uma expansão diplomática e busca atender aos seus interesses e desenhar regras e instituições da ordem regional e global (Ikenberry & Lim, 2017, p. 4). Portanto, segundo José António Loureiro dos Santos (2015, p. 12), a China é caracterizada como “ilha de poder global”, ou seja, ocupa uma posição relevante para exercer sua vontade e influência em escala global e de modo significativo.

Para Robert G. Sutter (2012, pp. 1–2), as avaliações da política externa chinesa contemporânea destacam um aumento constante na interação do país com o cenário global, evidenciado por meio de crescentes intercâmbios económicos e da expansão do envolvimento chinês com organizações internacionais que abordam questões relacionadas à segurança, economia, política, cultura e diversos outros temas. Essas avaliações apontam para uma tendência contínua em direção a uma maior transparência tanto na tomada de decisões quanto na formulação de políticas em assuntos internacionais (Sutter, 2012, pp. 1–2).

Apesar do consenso entre os especialistas quanto aos objetivos recentes da política externa chinesa, persiste considerável incerteza sobre a sustentabilidade dessa abordagem. Enquanto alguns analistas acreditam que os líderes chineses seguem uma estratégia sólida destinada a perdurar até o século XXI, outros argumentam que a política externa da China está sujeita a mudanças, especialmente devido a incertezas significativas e variáveis que podem conduzir a política externa chinesa em direções distintas do curso recente. Embora alguns percebam uma estratégia clara nos últimos tempos, reconhecem que os cálculos e ações chinesas podem mudar à medida que o país amplia seu poder e influência e enfrenta reações internacionais difíceis de prever (Sutter, 2012, p. 3).

Adicionalmente, no governo do Presidente Donald Trump ocorreram diversas confrontações. Houve críticas referentes às práticas económicas da China, bem como ao seu esforço de modernização militar. A China se tornou um “rival” estratégico dos EUA. A China é acusada de estar a prosseguir um programa de modernização militar que “busca hegemonia no curto prazo e deslocamento dos Estados Unidos para alcançar preeminência global no futuro”. Na realidade, a alegação projeta sobre Pequim as aspirações de hegemonia regional e preeminência global (Steinbock, 2018, p. 534).

3.3. A Estratégia Digital da China

3.3.1. A Belt & Road Initiative

A antiga Rota da Seda desempenhou um papel crucial na expansão comercial da China visto que conectava o Oriente à Europa e facilitava o desenvolvimento do comércio de seda, especiarias e outras mercadorias. No presente, a China busca reviver as rotas comerciais por meio da estratégia *Belt & Road Initiative* (BRI), com destaque para a *Digital Silk Road* (DSR) (Kelkar, 2018, p. 1).

Nos últimos anos, a China evoluiu de um poder económico regional para se posicionar como um poder global. Contudo, o país enfrenta desafios, como as taxas de crescimento mais moderadas, excesso de capacidade de produção industrial e uma sociedade envelhecida. Como estratégia para manter níveis estáveis de crescimento económico, a China concentra esforços no desenvolvimento da economia digital. Por meio da *Belt & Road Initiative* (BRI), a China busca fortalecer a infraestrutura portuária e de transporte e desenvolver corredores económicos com seus parceiros internacionais. Além disso, pretende desenvolver a infraestrutura com a conectividade digital por meio da DSR (Kelkar, 2018, p. 1).

Segundo Pant & Saha (2021, p. 5), a *Belt & Road Initiative* (BRI), lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping, corresponde a um dos projetos de infraestrutura mais ambiciosos do mundo. Trata-se de um conjunto de iniciativas de desenvolvimento e investimento que se estende desde o leste da Ásia até a Europa a fim de ampliar de maneira substancial a influência económica e política da China nessas regiões. Segundo os autores, até o momento, mais de 60 países já formalizaram projetos da *Belt & Road Initiative* (BRI) ou manifestaram interesse em participar (Pant & Saha, 2021, p. 5).

De acordo com Khan et al. (2018), a BRI representa um compromisso de longo prazo que requer a colaboração dos países parceiros para promover um desenvolvimento mais inclusivo e equilibrado. O modelo de globalização proposto advoga por um desenvolvimento mútuo e sustentável, baseado na ideia de uma cooperação “ganha-ganha” (*win-win*), para proporcionar benefícios e vantagens equitativos, assim como a preservação da propriedade e identidade soberana (Khan et al., 2018, p. 8).

Entre as razões que levaram a China a promover a BRI, alguns académicos argumentam que a BRI constitui uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento da economia nacional por meio das exportações, obter acesso a recursos naturais e apoiar as

indústrias domésticas. Outros percebem a BRI como uma estratégia do governo para utilizar o excesso da capacidade industrial, particularmente nos setores industriais da construção (Khan et al., 2018, p. 13).

Alguns especialistas observam que a BRI oferece uma oportunidade de construir um ambiente pacífico para o desenvolvimento económico China, por meio de relações simétricas com os países vizinhos e o fortalecimento da confiança mútua entre eles. Outro ponto crucial, é a redução da dependência do Estreito de Malaca, por onde ocorre a importação de óleo e gás natural e que pode ser suscetível a um bloqueio americano. Assim, a China busca desenvolver corredores alternativos de energia, o que justifica o investimento em oleodutos que conectam a China a países da Ásia Central, além da construção de linhas ferroviárias e redes rodoviárias entre a China e o Paquistão. Além disso, com a finalidade de buscar um desenvolvimento sustentável, a China transferiu suas indústrias altamente poluentes e intensivas em uso de energia para mercados mais competitivos, onde a mão-de-obra possui menor custo. Esta estratégia resultou em uma significativa redução, de aproximadamente 54%, da poluição do ar em Pequim em 2017, bem como a redução de 50% do consumo de carvão entre 2013 e 2018, e uma diminuição de 46% nas emissões de CO2 em 2017, em comparação com dados de 2005 (Khan et al., 2018, pp. 13–14).

Outro aspeto significativo observado por Wu (2018, p. 44) é de que os países parceiros percebem como vantagem os empréstimos financeiros proporcionados pela BRI por serem notavelmente menos burocráticos e com menor interferência política ou económica em comparação com empréstimos provenientes do Banco Mundial ou de outros bancos de desenvolvimento regional. Por conseguinte, a China oferece a oportunidade para os países evitarem mecanismos de controle multilaterais. Todavia, a China negocia o alívio da dívida de um país (*debt relief*) mediante a conversão dessa dívida em participação acionária (*debt-for-equity*), como no caso do Sri Lanka em 2017, quando a China obteve um arrendamento (*lease*) para dirigir o Porto de Hambantota por um período de 99 anos (Wu, 2018, p. 44).

3.3.2. A Digital Silk Road

Uma importante componente da *Belt & Road Initiative* (BRI) é a estratégia da *Digital Silk Road* (DSR), que foi criada em 2015, por meio do *White Paper* elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério do Comércio. Este *White Paper* estabelece que “a China deve avançar conjuntamente na construção de cabos óticos transfronteiriços e outras redes de linhas

troncais de comunicações, melhorar a conectividade das comunicações internacionais e criar uma Rota da Seda da Informação. Devemos construir redes bilaterais de cabos ópticos transfronteiriços em um ritmo mais rápido, planejar projetos de cabos ópticos submarinos transcontinentais e melhorar as passagens de informações espaciais (satélites) para expandir as trocas de informações e cooperação” (Kelkar, 2018, pp. 1–2).

A DSR é uma parte significativa da estratégia geral da BRI, uma vez que a China oferece auxílio, apoio político e outras formas de assistência aos países destinatários, além de apoiar os exportadores chineses, incluindo empresas de tecnologia como a Huawei. Assim, ela contribui para aprimorar as infraestruturas de telecomunicações dos beneficiários, fortalecer as capacidades de inteligência artificial, impulsionar a computação em nuvem, desenvolver sistemas de pagamento para o comércio eletrônico e de dispositivos móveis, promover tecnologias de vigilância, facilitar o desenvolvimento das cidades inteligentes e avançar em outras áreas de alta tecnologia (Kurlantzick & West, 2020, p. 1).

Segundo Kurlantzick & West (2020, p. 2), diversos países formalizaram acordos de colaboração com a China por meio de memorandos de entendimento (*memoranda of understanding*) entre as partes. Estima-se que, em 2020, aproximadamente um terço dos países participantes da BRI já estavam engajados em projetos da DSR. Países da África, Oriente Médio, partes da Europa Oriental, América Latina e Sudeste Asiático demandam tecnologia a preços acessíveis e de alta qualidade para expandir as redes de telefonia sem fio e ampliar a cobertura de internet de banda larga. Projeções indicam que a lacuna de financiamento para infraestrutura global pode atingir cerca de US\$ 15 trilhões até 2040. Nesse cenário, os investimentos da DSR têm o potencial de mitigar essa lacuna e impulsionar o crescimento ao financiar infraestruturas críticas necessárias. Adicionalmente, as empresas chinesas estão a fornecer mais benefícios aos países em desenvolvimento ao estabelecer centros de treinamento e programas de pesquisa e desenvolvimento. Isso promove a cooperação entre cientistas e engenheiros desses países e seus pares chineses, além de transferir conhecimento técnico em áreas como cidades inteligentes, inteligência artificial, robótica e energias limpas, entre outras (Kurlantzick & West, 2020, p. 2). Nesse sentido, é possível vislumbrar que a estratégia chinesa procura estabelecer um equilíbrio de poderes correspondente a uma articulação entre os objetivos e poderes dos diferentes atores envolvidos e daqueles capazes de influenciar a conjuntura, conforme estabelecido por Ribeiro (2020, p. 198).

Na última década, poucos acreditavam que a internet chinesa poderia ter uma dimensão global. Para muitos, a China parecia interessada apenas em construir uma “intranet” nacional, selada pelo “Great Firewall” ou uma espécie de “gaiola gigante”, isolada da rede internacional (Williamson, 2013, p. 2).

Segundo Shen (2022, p. 2), existe um grande debate acerca da ambição da China de construir uma infraestrutura global digital. Assim, a *Digital Silk Road* incentivou empresas chinesas no ramo da internet a realizar investimentos substanciais no ciberespaço global. Um exemplo disso está relacionado com a gigante chinesa de comércio eletrônico Alibaba, a qual, após uma oferta pública inicial recorde no valor de US\$ 25 bilhões, em 2014, destinou US\$ 1 bilhão para adquirir o controle acionário da Lazada, que é a principal empresa de e-commerce do sudeste asiático. Adicionalmente, em 2014, a empresa Baidu investiu cerca de US\$ 600 milhões na empresa americana Uber. E, em 2016, a gigante Tencent liderou um consórcio para adquirir 84% da fabricante finlandesa de jogos de dispositivos móveis Supercell por US\$ 86 bilhões. Em 2018, a Alibaba, Tencent e Baidu entraram para o seleto clube das empresas de tecnologia mais valiosas do mundo, ao lado das gigantes americanas Apple, Amazon, Alphabet e Facebook. Portanto, para o autor, não se aplica mais a visão de uma internet chinesa controlada pelo Estado e isolada por “muros”. Observa-se, assim, que em vez de considerar o desenvolvimento da internet chinesa como um produto autoritário do Estado, é crucial examinar a interação entre as empresas e entidades estatais (Shen, 2022, p. 2).

Primeiramente, a presença da China no ciberespaço global não é um fenômeno recente. Um exemplo disso foi quando a Huawei, fornecedora de equipamentos para o setor de telecomunicações, iniciou sua incursão global no final dos anos 90, ou seja, antes mesmo de a China anunciar sua estratégia “*Going Out*” em meados dos anos 2000. Em 2008, mais de 75% da sua receita total da Huawei já era proveniente de atividades no exterior, de forma a consolidar sua posição como uma gigante internacional da tecnologia. Em resumo, o envolvimento da China com a internet global possui uma história anterior essencial para a compreensão dos desenvolvimentos atuais (Shen, 2022, p. 2).

Segundo, de acordo com o autor, embora haja uma percepção de que o desenvolvimento da indústria da internet consiste numa projeção unidimensional de poder da China para o resto do mundo, liderada por entidades políticas e económicas chinesas, é crucial reconhecer o papel significativo do capital transnacional nesse processo. A título de exemplo, o Alibaba já foi propriedade de investidores estrangeiros, incluindo o SoftBank do Japão e o Yahoo. Além disso, vários bancos de investimento transnacionais têm apoiado as atividades

globais do Alibaba, tais como: Citigroup, Deutsche Bank, Goldman Sachs, JP Morgan e Morgan Stanley (Shen, 2022, p. 2).

Enfim, os esforços da China para desenvolver uma infraestrutura digital global não constituem uma ação coesa orientada pelo Estado. Muitas vezes, presume-se que a internet chinesa é controlada por um Estado autoritário que exerce domínio sobre todos os aspetos da economia digital do país. No entanto, há disputas de poder entre diferentes entidades governamentais e unidades de capital da Internet nas camadas de hardware, rede e aplicativos. Empresas da camada de hardware, lideradas por fornecedores de equipamentos como Huawei, ZTE, Lenovo e Xiaomi, têm sido pioneiras na construção da infraestrutura digital global da China e, ao longo de vários anos, contaram com um generoso apoio financeiro e diplomático do Estado para expandir sua presença em muitos países do hemisfério sul global. Contudo, em determinadas situações, essas empresas podem necessitar se distanciar da agenda chinesa devido às crescentes tensões na geopolítica da internet, bem como à internacionalização cada vez mais abrangente de seus negócios e estratégias de lucro (Shen, 2022, p. 2). Segundo Shih (2015, p. 2), em 2015, Eric Xu, executivo da Huawei, expressou suas preocupações sobre as implicações comerciais das recém-formuladas leis de segurança da informação da China, ao temer que tais políticas pudessem ter efeitos adversos na abertura comercial global e nos planos de internacionalização da própria Huawei. No contexto da China, pode-se vislumbrar, uma tendência de formação de “grandes-espacos”, nos quais super-organizações transcendem os próprios Estados e buscam realizar os fins destes, conforme teoria proposta por Lara (2017, p. 242).

Por outro lado, algumas democracias expressam sérias preocupações em relação à DSR. Esses países receiam que a China utilize a DSR como meio de incentivar os países destinatários a adotar seu modelo de autoritarismo impulsionado pela tecnologia, o que seria prejudicial às liberdades pessoais e à soberania desses países. Ademais, empresas de tecnologia chinesas já colaboram com os governos de outros países no desenvolvimento de capacidades de vigilância que podem ser utilizados contra grupos de oposição. Pequim ofereceu treinamento aos países interessados destinatários da DSR sobre monitoramento e censura da internet em tempo real. Mesmo que algumas dessas empresas chinesas sejam nominalmente privadas, elas têm sido objeto de escrutínio global devido a possíveis ligações com o Estado, uma vez que, de acordo com a legislação chinesa de segurança cibernética, são obrigadas a armazenar dados em servidores na China e se submeterem a verificações das autoridades (Kurlantzick & West, 2020, p. 2).

4. O SISTEMA DE GLOBAL (DIGITAL) GOVERNANCE

As tecnologias digitais e da Internet estão profundamente integradas na vida contemporânea e permitem geração, armazenamento e troca de dados e informações privadas quase ilimitados. A *Global Digital Governance* abrange as normas, instituições e padrões que influenciam a regulação em torno do desenvolvimento e uso dessas tecnologias. Além disso, apresenta implicações comerciais e políticas a longo prazo. Por esta razão, há um processo contínuo de disputa entre atores democráticos e iliberais, cada um buscando promover a sua visão no contexto da economia digital (Ramanujam, 2021, p. 1).

Segundo Ramanujam (2021, p. 2), embora as normas sobre a governança da Internet e o uso de dados estejam predominantemente estabelecidas em níveis nacionais e, em alguns casos, subnacionais, atualmente, existem duas perspectivas para o futuro das tecnologias digitais que poderiam resultar em dois modelos distintos para a governança digital.

O primeiro modelo é impulsionado por uma abordagem autoritária, na qual a China emerge como líder ao buscar "reinventar a internet". Nesse sentido, a China advoga pela ideia de "soberania cibernética", permitindo que os países controlem o acesso à Internet, censurem conteúdo e estabeleçam requisitos de localização de dados como um meio de proteger os interesses nacionais individuais. Tanto política quanto economicamente, a disseminação desse modelo em escala global, notadamente entre os países em desenvolvimento, poderia suscitar questões de estabilidade e sustentabilidade a longo prazo minando o acesso livre, aberto e natureza interoperável que permite que a economia digital prospere.

É relevante que aproximadamente metade da população global não possui acesso à internet. Todavia, na China, cerca um bilhão de pessoas dispõem de acesso, embora as conexões com o exterior sejam restritas (Hillman, 2022, p. 11).

O segundo modelo é representado pela Regulação Geral da Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, que adota um conceito mais democrático para a governança digital. Esse modelo visa salvaguardar a privacidade e o direito dos usuários da Internet e dos consumidores de conteúdos online. Aprovado pelo Parlamento Europeu em 2014 e implementado em 2018, a RGPD proporcionou às empresas dependentes de tecnologias digitais a oportunidade de modificar suas políticas de uso e privacidade de dados. A adoção da RGPD marcou um ponto crucial na governança global da Internet, uma vez que conferiu aos consumidores o controle sobre seus dados e preservou a liberdade e abertura online. Além

disso, a RGPD reforçou a segurança cibernética, à medida que as empresas procuraram se proteger contra possíveis vazamentos de dados. Em última análise, o rigor de conformidade exigido pela RGPD demonstrou ser uma maneira eficaz para as empresas aumentarem confiança do consumidor. Por outro lado, alguns críticos desse modelo argumentam que a RGPD pode limitar a inovação no sector privado. Adicionalmente, embora o modelo seja aplicável na Europa, sua adoção pode não ser tão fácil em outras partes do mundo (Ramanujam, 2021, p. 3).

Um marco importante na *Global Digital Governance* diz respeito à experiência da pandemia do Covid-19, em que plataformas digitais como Google, Facebook, Twitter, Amazon e Zoom foram amplamente utilizadas e desempenharam funções sociais essenciais que permitiram às pessoas trabalhar, fazer compras, estudar, gerenciar negócios, manter contatos sociais e compartilhar informações. Ao mesmo tempo, a pandemia expôs a significativa exclusão digital associada a essas tecnologias e revelou os riscos relacionados à hipervigilância, privacidade, cibersegurança, desinformação, saúde pública, concorrência, poder de monopólio, distribuição de ganhos econômicos e até mesmo à democracia. Além disso, o advento da Internet das Coisas, do 5G e das identidades digitais agrega riscos sistémicos devidos à interconectividade, juntamente com possíveis violações na privacidade pessoal. A pandemia não criou todas estas funções e riscos, pois já existiam, mas destacou sua importância de diversas maneiras (Fay & Medhora, 2021, p. 3).

Nos Estados Unidos, a esfera digital está focada no sector privado e nos seus gigantes nacionais como o Facebook e o Google. Os acordos comerciais dos EUA consagram fluxos de dados abertos e os direcionam para as empresas americanas, o que reforça o seu poder de mercado e as economias de escala. Disposições de porto seguro dificultam a regulamentação do conteúdo das plataformas de redes sociais. Além disso, os EUA permitem que as plataformas estabeleçam os seus próprios termos e aplicação (Fay & Medhora, 2021, p. 3).

Na União Europeia (UE), a esfera digital não possui gigantes nacionais, mas concentra-se em regulamentações estratégicas para controlar o poder de mercado das plataformas e promover os direitos individuais por meio do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Este enfoque prioriza a privacidade dos dados pessoais, estabelecendo um amplo quadro jurídico para sua proteção. Empresas que operam e utilizam dados pessoais da UE devem estar em conformidade com o RGPD ou possuir uma estrutura equivalente avaliada pela UE (Fay & Medhora, 2021, p. 3).

A China, por meio de sua “*Great Firewall*”, estabelece uma esfera digital exclusiva, pois exerce total controle sobre a localização de dados e mantém uma vasta base de dados de seus cidadãos. Essa base tem sido empregada em iniciativas públicas, como o combate à pandemia e tem contribuído para promover o desenvolvimento de empresas líderes nacionais. Além disso, a China está empenhada em se posicionar como líder na definição de padrões, permitindo a incorporação de sua tecnologia e propagação de seus valores em escala global (Fay & Medhora, 2021, p. 3).

De acordo com Fay & Medhora, analogamente, o Acordo de Bretton Woods surgiu como a resposta dos Aliados ao impacto financeiro e social do período pós-guerra em ascensão. Em 1944, durante a reunião de líderes mundiais em Bretton Woods, em New Hampshire, foram estabelecidos os alicerces para um modelo de governança global que perdurou por mais de 70 anos. Diante das implicações de longo alcance da tecnologia digital e da intensificada globalização, é imperativo retomar esse caminho para gerenciar tais desafios. Uma renovação contemporânea proporcionaria a chance de estabelecer um novo arcabouço institucional para gerir a infraestrutura global, tanto digital quanto física, à medida que o mundo se recupera dos impactos sociais e econômicos da pandemia. O desafio está em como fazer isso. A proposta apresentada sugere a criação de um Conselho, o *Digital Stability Board* (DSB), similar ao *Financial Stability Board* (FSB), que foi criado pelo G20 para promover a reforma da regulamentação e supervisão financeira internacional após os problemas de governança que contribuíram para a Grande Crise Financeira (Fay & Medhora, 2021, pp. 4–5).

Segundo essa proposta, a DSR representaria um ponto de partida para harmonizar e promover a governança das tecnologias digitais. Embora haja resistência a novas formas de regulação e modelos de negócios em plataformas tecnológicas, tais esforços são percebidos como cruciais para colher todos os benefícios das tecnologias digitais. Ademais, o G20 emerge como o fórum adequado para advogar a criação de uma nova instituição. Estabelecido para incluir uma variedade de vozes nas discussões sobre governança global, o G20 abrange questões prospectivas e complexas que envolvem estruturas e processos existentes. Com experiência na definição de mandatos e prioridades para novas organizações, o G20 visa construir confiança digital, e a prerrogativa de criar uma nova instituição para fortalecer essa confiança (Fay & Medhora, 2021, p. 9).

5. DISCUSSÃO

5.1. A China, a DSR e o Impacto no Sistema de Global Governance

No final de 2013, o Presidente Xi Jinping propôs a *Belt & Road Initiative (BRI)*, que se tornou a principal diretriz nas relações da China com a economia política global. Referindo-se à "*Silk Road Economic Belt*" e à "*21st Century Maritime Silk Road*", a BRI tem como objetivo principal estabelecer conexões terrestres e marítimas entre a China e os principais países da Eurásia e África, por meio da construção de infraestrutura, comércio e investimento. Segundo Perlez & Huang (2017, p. 1), estima-se que, se totalmente implementados, os investimentos da BRI atingirão um total de US\$ 1 trilhão e afetarão mais de 60 países (Shen, 2018, p. 1).

A BRI recebeu muita atenção tanto de jornalistas quanto de acadêmicos. Estudiosos das relações internacionais enfatizam o papel estratégico da China como resposta aos Estados Unidos na Ásia, buscando expandir a influência global e realizar o "Sonho Chinês". Por outro lado, os especialistas em economia política global destacam a dimensão geoeconómica da BRI, argumentando que ela é impulsionada principalmente por desafios econômicos internos, como desenvolvimento regional desigual e excesso de capacidade industrial (Shen, 2018, pp. 1–2).

Embora a construção de infraestruturas, como portos, estradas, ferrovias e gasodutos, seja considerada o "coração" da BRI, a importância da Internet na implementação da iniciativa tem recebido relativamente pouca atenção. As significativas infraestruturas digitais, como cabos de fibra ótica e centros de dados, muitas vezes são subestimadas. Nos últimos anos, com a ascensão de gigantes chineses da Internet, tem havido um aumento nos discursos políticos na China em torno da construção da *Digital Silk Road*. Em 2016, o Conselho de Estado publicou o "13º Plano Quinquenal para a Informatização Nacional", e dedicou uma secção específica à construção da "*Digital Silk Road*" e incentivou a participação plena das empresas chinesas de Internet. Em maio de 2017, no primeiro fórum da BRI em Pequim, o Presidente Xi reiterou a importância crítica da "*Digital Silk Road*" na iniciativa global, estimulou a integração de tecnologias de rede de próxima geração, como inteligência artificial, nanotecnologia, computação quântica, *big data*, computação em nuvem e cidades inteligentes para impulsionar o desenvolvimento orientado para a inovação (Shen, 2018, p. 2). De acordo com o *Global Innovation Index 2022*, por exemplo, no ranking geral, a China

ocupa da 11ª posição; e no ranking por região, ocupa a 3ª posição – atrás da Coreia do Sul e Singapura (Dutta et al., 2022, pp. 20–21).

No discurso político da China, a *Digital Silk Road* possui cinco dimensões principais que buscam aproveitar o excesso de capacidade industrial, facilitar a expansão global de outras empresas chinesas, apoiar a internacionalização do renminbi, construir uma infraestrutura de rede transnacional centrada na China e promover uma globalização inclusiva possibilitada pela Internet. Além disso, as empresas chinesas de Internet participam ativamente nesta iniciativa liderada pelo Estado, vendo-a como uma oportunidade de apoio político, financeiro e diplomático para o desenvolvimento dos seus próprios negócios e expansão global. Apesar de uma aliança crescente entre o Estado e as empresas de Internet na construção da “*Digital Silk Road*”, as interações complexas entre as iniciativas estatais e os imperativos empresariais continuam a criar tensões e conflitos (Shen, 2018, p. 13).

Em primeiro lugar, embora a “*Digital Silk Road*” tenha potencial para reduzir o excedente da capacidade industrial, abrir novos mercados externos e reorganizar as redes comerciais transnacionais, o seu foco abrangente e ambíguo pode, provavelmente, resultar em gastos consideráveis em infraestrutura e reacender o persistente problema do excesso de capacidade (Shen, 2018, p. 13).

Em segundo lugar, embora as infraestruturas digitais e as aplicações de rede possam ser utilizadas para funcionar como infraestruturas facilitadoras para ajudar outras empresas chinesas a irem para o estrangeiro, a capacidade do Estado para comandar este braço empresarial cada vez mais internacionalizado não deve ser sobrestimada (Shen, 2018, p. 13).

Terceiro, a China empenhou-se seriamente na criação de um sistema de telecomunicações financeiras transnacional como uma alternativa para impulsionar uma maior utilização da sua própria moeda. Contudo, a presença de empresas estrangeiras de tecnologia da informação no setor bancário e financeiro estratégico da China pode comprometer essa agenda estatista (Shen, 2018, p. 13).

Em quarto lugar, apesar da mobilização das transportadoras chinesas para liderar a construção de uma infraestrutura de rede transnacional centrada na China, os elevados custos de construção e manutenção, juntamente com o retorno financeiro a longo prazo, podem entrar em conflito com a estrutura de negócios orientada para o lucro dessas empresas (Shen, 2018, p. 13).

Finalmente, os esforços da China para se apresentar como uma nova defensora de uma globalização inclusiva, facilitada pela Internet, podem gerar conflitos com suas próprias

políticas de proteção cibernética. Isso, por sua vez, pode resultar em pressões significativas sobre suas empresas de Internet, que agora estão amplamente internacionalizadas (Shen, 2018, p. 13).

Para Chow-Bing (2021, pp. 9–10), a DSR possui um conceito expansivo e flexível, como uma agenda ampla e multifacetada nas cinco áreas de conectividade: 1. Coordenação de Políticas: diálogos e fóruns sobre cooperação digital com formuladores de políticas, memorandos de entendimento sobre cooperação digital, diplomacia digital, governança e normas da Internet; 2. Estruturas de Conectividade: cabos de fibra ótica, infraestrutura de telecomunicações 5G, satélite Beidou, cidades inteligentes, *data center*, tecnologias avançadas; 3. Promoção Comercial: plataformas de comércio eletrônico, logística de apoio para o comércio digital; 4. Integração Financeira: sistemas de pagamento sem dinheiro (*cashless*) e tecnologia de serviços financeiros; e 5. Intercâmbios entre pessoas: treinamento e troca de conhecimentos e talentos digitais, diálogos e fóruns sobre cooperação digital entre *think tanks*, líderes de empresas, organizações não governamentais, e telemedicina. Para muitos países em desenvolvimento, a DSR contribui para superação das suas fraquezas nas infraestruturas digitais e para o aproveitamento de oportunidades económicas advindas de uma revolução digital. Para os países desenvolvidos, a DSR está relacionada a uma competição geopolítica-tecnológica, cujo sucesso terá, a longo prazo, ramificações negativas para a ordem mundial existente.

Neste contexto, a China emergiu como o principal fornecedor de tecnologia de telecomunicações. É notável que a *Huawei* tenha instalações em mais de 170 países, enquanto a *Hikvision* e a *Dahua* fabricam aproximadamente 40% das câmaras de vigilância no mundo. O Grupo *Hengtong* é um dos quatro principais provedores de cabos submarinos, responsáveis por transmitir 95% dos dados internacionais e 15% da fibra ótica global. O sistema *Beidou* oferece cobertura superior à do GPS americano em 165 das maiores capitais do mundo. Essas interconexões, do espaço sideral ao fundo do oceano, são componentes essenciais da DSR (Hillman, 2022, pp. 14, 15).

À medida que a *Digital Silk Road* se expande, crescem também as preocupações sobre sua influência nos estados beneficiários. Alguns países em desenvolvimento, incluindo a Índia, compartilham preocupações semelhantes às dos Estados Unidos e da Europa em relação à ofensiva tecnológica da China. Além disso, líderes políticos em nações como Myanmar e Malásia, esta última envolvida em projetos da *Digital Silk Road*, têm expressado crescentes inquietações sobre questões de soberania e endividamento excessivo. A diplomacia cada vez

mais frágil e nacionalista da China também está minando seus esforços para tranquilizar os líderes políticos nos países em desenvolvimento, incluindo parceiros de longa data, como a Malásia, sobre as potenciais desvantagens da DSR e da BRI em geral (Kurlantzick & West, 2020, p. 3).

A China não é o único país cujas principais empresas tecnológicas participaram na vigilância, na cooperação com os militares dos seus países e na espionagem no estrangeiro. Alguns gigantes da tecnologia dos EUA usaram as suas redes para facilitar operações de vigilância, espionagem e defesa. Empresas norte-americanas como a *Gatekeeper Systems* também venderam tecnologia de reconhecimento facial a estados autoritários como a Arábia Saudita. E, independentemente das ações da China, muitos governos têm exigências claras de infraestruturas de vigilância e de inteligência artificial, bem como de outras tecnologias que levantam sérias preocupações sobre a privacidade (Kurlantzick & West, 2020, p. 4).

O Partido Comunista Chinês (PCC) tem empregado tecnologias de comunicações para exercer um controle interno e simultaneamente ampliar sua influência no cenário internacional. Na China, internamente, a internet é rigidamente controlada, com poucos pontos de acesso, os quais permitem monitoramento, censura e bloqueio eficazes do tráfego de redes (Hillman, 2022, p. 14).

Globalmente, existe uma competição entre ecossistemas digitais distintos, cada um com seus próprios equipamentos e padrões. Nesse contexto, os Estados Unidos e China disputam o domínio das redes futuras e a competição tem se intensificado em mercados terceiros. Apesar dos alertas dos Estados Unidos sobre os riscos da tecnologia chinesa, ainda não conseguiram apresentar alternativas acessíveis. Consequentemente, a China tem exercido pressão nos mercados emergentes e em desenvolvimento, onde o acesso muitas vezes prevalece sobre a segurança (Hillman, 2022, p. 17).

Apesar das preocupações manifestadas por Estados desenvolvidos ou em desenvolvimento em relação a certos aspetos da "*Digital Silk Road*", a China persistirá em seu avanço. Em cimeiras internacionais patrocinadas pela China, como a *World Internet Conference* e o *Belt and Road Forum*, o governo chinês tem enfatizado a DSR como uma das prioridades do país (Kurlantzick & West, 2020, p. 4).

Ademais, a China deseja ampliar o envolvimento de empresas chinesas na construção de redes financeiras, de informação e de telecomunicações em escala global a fim de fortalecer a sua capacidade global de participar ativamente em organismos internacionais que estabelecem padrões tecnológicos e normas de governança. Tanto antes quanto depois do

lançamento da DSR, a expansão dos negócios globais por parte das empresas chinesas de comércio eletrônico, infraestruturas inteligentes e redes sociais coincidiu com projetos no exterior fortemente respaldados por Pequim. Além disso, na perspectiva dos executivos chineses do ramo da tecnologia, rotular as atividades internacionais como parte da DSR, mesmo na ausência de apoio estatal, tornou-se uma obrigação, semelhante a abraçar o “politicamente correto” (Greene & Triolo, 2020, p. 2).

Para Greene & Triolo, uma interpretação equivocada da DSR é considerá-la como um plano centralizado de China para disseminar seu modelo "tecno-autoritário" nos países ao longo da BRI. Certamente, empresas chinesas exportam, para países em desenvolvimento, tecnologias invasivas, como reconhecimento facial e infraestruturas cibernéticas que comprometem a privacidade. No entanto, a implementação dessas tecnologias nos mercados emergentes é em grande parte impulsionada pela demanda local. A DSR está relacionada com essas tendências, pois a China busca alinhar padrões tecnológicos globais, estabelecidos por organizações como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), com as tecnologias proprietárias dos fornecedores chineses. Este esforço seria facilitado se os países já estiverem utilizando produtos fabricados com a tecnologia chinesa, proporcionando assim às empresas chinesas uma vantagem sobre concorrentes que também buscam atender a essa demanda (Greene & Triolo, 2020, pp. 1–2).

Em diversos mercados emergentes, assim como nas economias desenvolvidas da Ásia e da Europa, a China planeja investir recursos para apoiar suas gigantes tecnológicas nacionais na busca por oportunidades comerciais e no envolvimento em todos os aspetos do desenvolvimento da infraestrutura digital ao longo da DSR. Isso inclui investimentos em infraestruturas de fibra ótica e equipamentos móveis, serviços de operadoras de telecomunicações e provedores de serviços de aplicativos *over-the-top* (OTT) (Greene & Triolo, 2020, p. 2).

A DSR era, até recentemente, um termo amplamente utilizado por líderes nos setores público e privado da China para descrever iniciativas de telecomunicações, dados e conectividade em países que fazem parte nominalmente da BRI. Todavia, enquanto alguns projetos de DSR receberam significativo respaldo estatal, outros não (Greene & Triolo, 2020, p. 2).

É notório que os projetos de infraestruturas tradicionais em grande escala da BRI receberam mais atenção do que a DSR. Contudo, no futuro, os líderes chineses estarão focados em capitalizar as distintas vantagens das empresas tecnológicas do país em

comparação com concorrentes internacionais, especialmente em áreas como a infraestrutura de próxima geração, incluindo serviços móveis e em nuvem de quinta geração - 5G (Greene & Triolo, 2020, p. 2).

Cada vez mais, as empresas estão a alinhar as suas estratégias a esse objetivo político, especialmente porque o enfoque de Xi Jinping na autossuficiência tecnológica e na pesquisa e desenvolvimento em setores-chave se harmoniza perfeitamente com os projetos da DSR. Entretanto, apesar desses avanços, a DSR manterá sua natureza colaborativa, com empresas individuais continuando a ser os principais impulsionadores da iniciativa. Elas utilizarão a designação DSR para angariar apoio político, como empréstimos e subsídios, a fim de facilitar a expansão comercial no exterior. Não obstante, o governo chinês está preparado para aumentar significativamente tanto o suporte financeiro quanto seu papel de liderança na iniciativa DSR no próximo ano, gerando um ambiente operacional complexo para as empresas alinhadas com a DSR (Greene & Triolo, 2020, p. 2).

As recentes mudanças nas leis e regulamentos administrativos da China, como a Lei de Segurança Cibernética de 2016, entram em conflito com as melhores práticas internacionais, especialmente na governança de dados. Grandes empresas de tecnologia associadas à DSR, como *Alibaba*, *Tencent* e *Huawei*, alegam que elementos-chave de seus negócios, como serviços em nuvem e pagamentos, estão alinhados com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da Europa. Contudo, a China provavelmente não buscará, a curto prazo, um acordo de adequação com a UE, pois carece de elementos essenciais, como uma autoridade independente de proteção de dados. Embora essa questão ganhe importância na Europa no próximo ano, sua relevância será menor nos países centrais da BRI/DSR, especialmente na Ásia Central e na África (Greene & Triolo, 2020, p. 3).

Nos últimos cinco anos, empresas chinesas, incluindo a Huawei, desempenharam um papel significativo na definição de padrões tecnológicos globais para o 5G e na construção de infraestruturas móveis por meio de organizações como a UIT. Outras empresas da China expressam interesse em seguir esse exemplo e contribuir mais para o processo global de estabelecimento de normas, alinhando-se à visão de Pequim de influenciar mais fortemente a tecnologia global. No entanto, o governo dos EUA e alguns defensores da privacidade de dados acreditam que o aumento da participação das empresas chinesas nos esforços multilaterais para estabelecer normas tecnológicas pode impactar substancialmente o curso dessas normas globais de maneiras não apoiadas pelos EUA e outras democracias (Greene & Triolo, 2020, p. 3).

A crescente inquietação em relação ao domínio das grandes plataformas tecnológicas dos EUA e à governança do ciberespaço é uma temática recorrente na *World Internet Conference* (WIC), realizada anualmente e patrocinada pelas agências cibernéticas chinesas em Wuzhen. Nesse evento, os países associados à DSR e BRI têm uma representação robusta, enquanto a presença dos governos dos EUA e da UE é mínima. As organizações chinesas têm ampliado a colaboração com a UIT, abordando temas como a governança da Internet durante a conferência. O principal foco do WIC é a "soberania cibernética", defendendo a ideia de que os estados-nação devem manter um grau significativo de autonomia para controlar a governança e o conteúdo do ciberespaço dentro de suas fronteiras (Greene & Triolo, 2020, p. 4).

O aumento da relevância da China e o questionamento sobre uma possível redistribuição de poder no sistema internacional a longo prazo provavelmente terão implicações significativas na formulação de políticas (Mearsheimer, 2010, p. 381). Assim, a ascensão da China constitui um desafio à ordem, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos em se tornaram dominantes nos assuntos internacionais (Schweller & Pu, 2011). A questão é se a China busca ocupar uma posição subordinada porque de certa forma a ordem internacional atende a seus anseios (Beeson & Li, 2016, p. 2).

Nesse sentido, é importante observar o crescente papel da China como um participante relevante nas instituições multilaterais, bem como suas próprias iniciativas multilaterais. Isso reflete tanto uma insatisfação com a ordem estabelecida, quanto uma estratégia maior vinculada a uma agenda política internacional.

Para alcançar esse resultado, a China apoiou-se em processos e instituições multilaterais, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT). O governo autocrático da China aproveita a vantagem de possuir um mercado interno amplo para desenvolver, testar e institucionalizar ferramentas digitais que sustentam seu regime opressivo. Aproveitando de suas prerrogativas de envolvimento bilateral, a China também exporta parte dessa tecnologia por meio da *Digital Silk Road*, com o intuito de diminuir a liberdade e valores democráticos em todo o mundo. A China alcançou notável êxito na oferta de tecnologias de comunicação 5G, pois apresentou um modelo de baixo-custo para alguns países de baixa e média renda, notadamente aqueles com uma classe média crescente (Ramanujam, 2021, pp. 2–3). Neste modelo, percebe-se que o desenvolvimento do mercado interno chinês e da DSR como fonte de poder em relação a outros países, assim como descrito na Teoria da Transição do Poder (Organski, 1958, pp. 364–365).

Os líderes chineses reconhecem que a atual arquitetura institucional, que se assemelha a uma forma de governança global, continua a ser dominada pelos EUA e outros estados ocidentais. Isso concede aos EUA uma influência desproporcional sobre as regras da ordem econômica internacional, enquanto a importância econômica da China muitas vezes não é devidamente reconhecida. Diante disso, a China iniciou o desenvolvimento de suas próprias instituições para se tornar um participante significativo em uma ordem alternativa emergente. Isso não apenas a posicionaria como um ator relevante, mas também poderia aumentar a influência das normas e preferências chinesas (Beeson & Li, 2016, p. 2).

Xi Jinping formulou uma visão ampla de um destino comum, que engloba uma “comunidade de destino compartilhado para os seres humanos”. Isso evidencia a crescente interdependência, interconexão e cruzamento entre países, impulsionados pelo processo de globalização e multipolarização. Neste contexto, Xi Jinping afirmou o compromisso contínuo da China com uma estratégia de abertura, buscando compartilhar oportunidades de desenvolvimento com outras nações e convidando-as a embarcar no rápido trajeto de crescimento chinês (Wu, 2018, p. 23).

A BRI e notadamente a DSR buscam incentivar os países participantes a adotarem padrões chineses para desenvolvimento de infraestrutura, transporte, finanças, indústria, economia digital, urbanização e gestão de dados. Como exemplo, o projeto *China-ASEAN Information Harbor* (CAIH) visa melhorar a conectividade digital entre a China e a ASEAN, de forma a disseminar padrões digitais chineses para os sectores relacionados em toda a região da ASEAN (Chow-Bing, 2021, p. 29). Em 2020, pelo menos 16 Estados assinaram memorandos de entendimento (MoUs) por meio da DSR: Egito, Turquia, Bangladesh, Laos, Coreia do Sul, Cazaquistão, República Checa, Sérvia, Polónia, Hungria, Estónia, Inglaterra, Cuba, Peru, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita (Maria, 2014, p. 1).

As políticas externas da China continuam a ser distintas e refletir as prioridades nacionais, mas são notavelmente diferentes do que eram duas ou três décadas atrás. Os líderes chineses reconhecem a relevância das instituições internacionais nesse cenário. Ademais, a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, consolidou a influência das ideias econômicas liberais no país, dificultando a oposição interna à nova ordem. Contudo, é também evidente que muitos na China continuam profundamente descontentes com a hegemonia americana, com o estatuto comparativamente diminuído da própria China e com a incapacidade das elites políticas da China para mudar significativamente a forma como a ordem internacional existente realmente funciona. Assim,

a China deveria usar o seu poder crescente para criar novas instituições e uma nova ordem internacional (Beeson & Li, 2016, p. 2).

Por outro lado, as ambições da China têm limites claros, pelo menos em termos de declarações oficiais. As autoridades chinesas enfatizam que o país é essencialmente uma potência de *status quo* e não uma potência revisionista, ou seja, a China busca operar dentro das estruturas existentes de diplomacia e governança internacional, ao invés de desafiá-las. Essa perspectiva tem sido ativamente promovida por importantes funcionários chineses como parte da nova visão do país para a ordem internacional. Contudo, parte da retórica emergente da China destinada a tranquilizar a "comunidade internacional", também incorpora ideias e princípios novos que muitas vezes não são plenamente compreendidos ou considerados a sério no Ocidente (Beeson & Li, 2016, p. 2).

Certamente, alguns acadêmicos chineses expressam apreensão quanto ao impacto duradouro de uma forma de governança predominantemente associada a forças de mercado cada vez mais livres. A apreensão predominante na Ásia Oriental concentra-se na potencial diminuição da soberania e autonomia nacionais. Há uma preocupação significativa de que as formas de governança orientadas pelo mercado possam minar a autoridade dos Estados, sendo essa uma inquietação crucial na China, especialmente diante de suas recentes tentativas, em grande parte infrutíferas, de lidar efetivamente com as influências das forças de mercado (Beeson & Li, 2016, p. 4).

Por outro lado, a China considera uma prioridade estratégica consolidar seu domínio digital no Indo-Pacífico. A região, que abrange 65% da população mundial e responde por 63% do PIB global, é um centro de crescimento econômico e oferece um vasto mercado para empresas tecnológicas chinesas. Assim, a DSR busca aproveitar esse dinamismo tecnológico, com empresas como a Huawei, ZTE e China Unicom de forma a expandir sua presença por meio da oferta de tecnologia 5G a preços competitivos e investimentos em empresas de telecomunicações locais. Essa estratégia tem fortalecido a influência digital chinesa na região (Patil & Gupta, 2020, p. 9).

Tanto no meio acadêmico quanto em declarações de líderes chineses, é evidente que muitos acreditam que a China pode exercer uma influência mais tangível desenvolvendo suas próprias instituições multilaterais. Esta perspectiva contrasta com a abordagem de reformar instituições internacionais existentes ou organizações regionais, como o Banco de Desenvolvimento da ASEAN, historicamente dominado pelo Japão. No caso, a iniciativa do AIIB se mostrou relevante de forma a se constituir uma fonte de ajuda mais significativa que o

Banco Mundial “*World Bank*”. O AIIB não só oferece suporte financeiro à Iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), hoje denominada Belt & Road Initiative, mas também contribui para reduzir a dependência excessiva dos Estados Unidos e promover uma ordem institucional alternativa (Beeson & Li, 2016, pp. 5–6).

Segundo Munir & Abid, a relação entre a China e a ordem mundial evoluiu durante seis décadas. A rápida ascensão da China, juntamente com um aumento nas suas capacidades materiais e ideacionais/normativas, levou à construção de instituições independentes. A perceção chinesa de uma ordem mundial alternativa e a emergência de mecanismos de desenvolvimento liderados pela China, como a BRI, vão contra os interesses ocidentais e representam uma rejeição total da ordem hegemónica liberal. Assim, há uma preocupação generalizada sobre a emergência da China como um ator com aspirações contra-hegemónicas, o que poderia ter graves ramificações para o liberalismo ocidental. Contudo, para o autor, é demasiado cedo para afirmar que a China se tornou num defensor disruptivo ou revisionista da atual ordem mundial; é apenas razoável concluir que a China está a transformar a ordem mundial numa ordem que rejeita o unilateralismo e a dominação ocidental da governação global e se mantém nos princípios do multilateralismo que implica múltiplos centros de poder, segurança comum e desenvolvimento vantajoso para todas as partes (Munir & Abid, 2024, pp. 105–106).

Para Yun, a capacidade da China de influenciar no complexo sistema de *Global Governance* ainda é limitada, como demonstrado pela sua participação durante a pandemia de Covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia. A China atua nas instituições globais existentes, como uma voz internacional conforme as regras atuais, com novas ideias que representam os interesses dos países emergentes e contrabalançam os valores "neoliberais" da Europa e dos Estados Unidos. Além disso, a China busca cultivar uma rede de governança regional, onde sua autoridade e liderança são expressas. A BRI é uma abordagem inovadora para a governança regional, e é essencial que haja uma compatibilidade dessa estratégia com o sistema de governança global dominado por países ocidentais por meio de práticas e cooperação internacional (Yun, 2023, p. 76).

6. CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS

O mundo antes da ascensão da China e após a 2ª Guerra Mundial era dominado pelos Estados Unidos. Do ponto de vista da economia, os Estados Unidos promoviam a visão de um

sistema capitalista, de mercado aberto baseado no direito da propriedade privada. Este aspeto aliado à supremacia económica e militar dos Estados Unidos, fez com que existisse uma dominância hegemônica, e o mundo se tornasse unipolar.

Contudo, com a ascensão económica da China e suas estratégias de abertura comercial e projeção no mundo, o poder dos Estados Unidos foi desafiado. Apesar de se constituírem ilhas de poder global e países irmãos-adversários, essa disputa acarretou impactos na ordem global.

Levando-se em consideração que o sistema de *Global Governance* instituído foi moldado no pós-guerra sob a dominância e influência dos Estados Unidos e seus aliados, fica claro compreender que a China, ao se abrir para o mundo, deseja e necessita defender os seus interesses e sua visão. Desta forma, tem atuado dentro das normas do sistema constituído a fim de atingir seus objetivos.

Xi Jinping apresentou sua visão de uma “comunidade de destino compartilhado para os seres humanos”. Desta forma, o modelo de globalização da China advoga um desenvolvimento sustentável e mútuo fundamentado na ideia de uma cooperação “ganha-ganha” (*win-win*), na qual são percebidos vantagens e benefícios de forma equitativa por ambas as partes e é assegurado o respeito à propriedade do Estado e à sua identidade soberana. Apesar disso, as políticas externas da China continuam a refletir as suas prioridades nacionais.

Em relação à política externa chinesa, é percebida uma crise de identidade internacional visto que ora os líderes chineses possuem um perfil pragmático como mediadores do poder global e uma potência comprometida e responsável, ora utilizam do discurso beligerante. Mesmo assim, a China busca expandir a sua parceria com países vizinhos e, até mesmo, globalmente.

Nesse contexto, é vislumbrada uma mudança na postura chinesa que observa a relevância das instituições internacionais e atua dentro das estruturas existentes de diplomacia e governança internacional.

Se de um lado, a China atua para reformar instituições internacionais existentes ou organizações regionais, como o Banco de Desenvolvimento da ASEAN, por outro lado, busca estabelecer novas instituições e uma nova ordem internacional.

Apesar do crescente papel da China como um participante relevante nas instituições multilaterais, os líderes chineses reconhecem que a atual arquitetura institucional, na forma de governança global, continua a ser dominada pelos Estados Unidos e outros estados ocidentais.

Sendo assim, percebe-se que uma falta de reconhecimento da relevância econômica da China e uma influência desproporcional dos Estados Unidos sobre as regras da ordem econômica internacional. Por esta razão, a China iniciou o desenvolvimento de suas próprias instituições para se tornar um participante significativo em uma ordem alternativa emergente de forma a aumentar a sua influência na definição de normas e padrões. O desenvolvimento de suas próprias iniciativas multilaterais reflete uma insatisfação com a ordem estabelecida, bem como a existência de uma estratégia maior vinculada a uma agenda política internacional.

Nesse contexto, em resposta à questão-chave da presente dissertação: *Como a Digital Silk Road contribui para o posicionamento da China na Global Digital Governance?* – devemos analisar as contribuições da DSR e seus impactos na *Global Governance*.

Em 2013, o Presidente Xi Jinping lançou a “*Belt & Road Initiative (BRI)*”, que constitui principal diretriz nas relações da China com a economia política global. Dentro do seu escopo, a BRI tem como objetivo principal criar conexões terrestres e marítimas entre a China e os países da Eurásia e África, por meio da construção de infraestrutura, comércio e investimento.

Apesar de menos reconhecida, a *Digital Silk Road (DSR)*, componente da BRI, instituída em 2015, vem alcançando grande relevância no mundo contemporâneo. Por meio da DSR, a China busca avançar na construção de cabos óticos transfronteiriços e outras redes de linhas troncais de comunicações, melhorar a conectividade das comunicações internacionais e criar uma Rota da Seda da Informação. Além disso, a DSR oferece apoio político e assistência aos países destinatários, e aos exportadores chineses, ao aprimorar as infraestruturas de telecomunicações dos beneficiários, fortalecer as capacidades de inteligência artificial, impulsionar a computação em nuvem, desenvolver sistemas de pagamento para o comércio eletrônico e de dispositivos móveis, promover tecnologias de vigilância, facilitar o desenvolvimento das cidades inteligentes e avançar em outras áreas de alta tecnologia.

Países da África, Oriente Médio, partes da Europa Oriental, América Latina e Sudeste Asiático demandam tecnologia a preços acessíveis e de alta qualidade para expandir as redes de telefonia sem fio e ampliar a cobertura de internet de banda larga e estimativas indicam que o financiamento para infraestrutura global pode atingir cerca de US\$ 15 trilhões até 2040. Sendo assim, diversos países formalizaram acordos de colaboração com a China, pois os investimentos provenientes da DSR têm o potencial de impulsionar o crescimento dos países beneficiários ao financiar infraestruturas críticas necessárias.

Cabe destacar que, no âmbito da DSR, os padrões tecnológicos globais estabelecidos por organizações como a União Internacional de Telecomunicações (UIT) são observados pelas tecnologias proprietárias dos fornecedores chineses. Ademais, a influência da China no âmbito de organizações como a UIT pode ser constatada, por exemplo, quando as empresas chinesas desempenharam um papel significativo na definição de padrões tecnológicos globais para o 5G e na construção de infraestruturas móveis.

Da mesma forma, outras empresas da China desejam contribuir no processo global de estabelecimento de normas e padrões a fim de influenciar a tecnologia global, mas o governo dos EUA e alguns países defensores da privacidade de dados são resistentes à influência chinesa pois percebem que a participação das suas empresas nos esforços multilaterais na definição de normas tecnológicas pode impactar substancialmente o resultado de forma a não atender aos interesses dos Estados Unidos e de outras democracias.

Vale notar que na *World Internet Conference* (WIC), evento realizado anualmente em Wuzhen e patrocinado pelas agências cibernéticas chinesas, os países associados à DSR e BRI têm uma grande representação, enquanto é mínima a presença dos governos dos Estados Unidos e da União Europeia. Na WIC, o foco da discussão é sobre a "soberania cibernética" e os participantes advogam que os estados-nação devem manter um grau significativo de autonomia para controlar a governança e o conteúdo do ciberespaço dentro de suas fronteiras. Durante a conferência, as organizações chinesas têm ampliado a colaboração com a UIT, abordando temas como a governança da Internet.

Com a finalidade de expandir sua economia, aumentar sua visibilidade e elevar seu status como ator político global, a China tem operado dentro do atual sistema internacional e evitado confrontos diretos a hegemonia dos Estados Unidos. Assim, a China busca ampliar sua influência e prestígio político por meio da participação ativa, em vez de confronto, com a ordem estabelecida.

Outro ponto a considerar é o de que com a expansão da "*Digital Silk Road*" aumentam as preocupações sobre sua influência nos estados beneficiários. A Índia, por exemplo, compartilha preocupações semelhantes às dos Estados Unidos e da Europa em relação à ofensiva tecnológica da China. Além disso, líderes políticos em nações como Myanmar e Malásia têm demonstrado preocupações acerca de questões relacionadas à soberania e endividamento excessivo. A diplomacia da China está tendo dificuldade para acalmar os líderes políticos nos países em desenvolvimento sobre as potenciais desvantagens da DSR e da BRI em geral.

Por fim, ao responder diretamente à questão-chave desta dissertação - Como a *Digital Silk Road* contribui para o posicionamento da China na *Global (Digital) Governance*? – a dissertação aponta para a conclusão de que a Estratégia Digital da China, notadamente a DSR, contribui para o posicionamento da China na *Global Digital Governance*. Isso ocorre porque a DSR fomenta a criação de parcerias e colaboração com outros países, além de facilitar a crescente participação da China em instituições multilaterais já estabelecidas, dada sua relevância económica e comercial.

É importante destacar que a DSR está intrinsecamente ligada ao setor de telecomunicações, atualmente considerado estratégico e relevante para qualquer país do mundo. Com a construção de cabos óticos transfronteiriços e outras redes de comunicações, a DSR melhora a conectividade das comunicações internacionais e cria uma verdadeira Rota da Seda da Informação. A DSR não apenas impulsiona o desenvolvimento dessas tecnologias na China, como também em vários outros países, já que oferece apoio político e assistência aos países destinatários e exportadores chineses. Isso é alcançado por meio da melhoria nas infraestruturas de telecomunicações dos beneficiários, do fortalecimento das capacidades de inteligência artificial, do desenvolvimento da computação em nuvem, de sistemas de pagamento para o comércio eletrônico e dispositivos móveis, da promoção de tecnologias de vigilância, da facilitação do crescimento das cidades inteligentes e do avanço em outras áreas de alta tecnologia.

Adicionalmente, a DSR contribui para a criação de instituições multilaterais sob a liderança da China, o que fortalece sua influência global. Dessa forma, a DSR contribui para a formação de grandes esferas de influência, nas quais a China, como uma megapotência, estabelece redes de interconexão com países considerados potências globais. Esse processo visa moldar suas áreas de influência de maneira a garantir seus interesses essenciais de forma eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agnew, J. (2010). Emerging China and critical geopolitics: Between world politics and Chinese particularity. *Eurasian Geography and Economics*, 51(5), 569–582.
<https://doi.org/10.2747/1539-7216.51.5.569>
- Avant, D. D., Finnemore, M., & Sell, S. K. (2010). *Who Governs the Globe?* Cambridge University Press.
https://beckassets.blob.core.windows.net/product/readingsample/801691/9780521198912_excerpt_001.pdf

- Bacuhy, B. (2021). *Os Fundamentos da Geopolítica Clássica: Mahan, Mackinder, Spykman*. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Beeson, M., & Li, F. (2016). China's Place in Regional and Global Governance: A New World Comes Into View. *Global Policy*, 7(4), 491–499. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12348>
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences* (4th ed.). Allyn & Bacon. <https://www.sfu.ca/~palys/Berg2004-QualitativeResearchMethodsForTheSocialSciences-4thEd-Chapter1.pdf>
- Braun, V., Clarke, V., Braun, V., & Clarke, V. (2017). Applied Qualitative Research in Psychology. *Applied Qualitative Research in Psychology*, 0887(2006). <https://doi.org/10.1057/978-1-137-35913-1>
- Brødsgaard, K. E. (2018). China's Communist Party: From Mass to Elite Party. *China Report*, 54(4), 385–402. <https://doi.org/10.1177/0009445518806076>
- Castro, J. de. (1974). *Geopolítica da fome* (Nova ed. r). <https://catalogo-bibliotecas.ulisboa.pt/cgi-bin/koha/opac-MARCdetail.pl?biblionumber=1536962>
- Chow-Bing, N. (2021). China-ASEAN Information Harbour - The Digital Silk Road from Guangxi to Southeast Asia. *Friedrich-Ebert-Stiftung*. <https://asia.fes.de/news/digital-silk-road>
- Churro, J. (2013). *A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia* [Universidade de Lisboa]. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6525/1/TESE_FINAL_de_Mestrado_João_Churro.pdf
- Correia, P. D. P. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *IDN - Revista Nação e Defesa*, 229–246. <http://hdl.handle.net/10400.26/7670>
- Dias, C. M. M., & Sequeira, J. M. D. (2015). *Estratégia - Fundamentos Teóricos*. Letras itinerantes Ltda. <https://www.zefiro.pt/product/estrategia-fundamentos-teoricos-tomo-i>
- Dingwerth, K., & Pattberg, P. (2006). Global governance as a perspective on world politics. *Global Governance*, 12(2), 185–203. <https://doi.org/10.1163/19426720-01202006>
- Dutta, S., Lanvin, B., León, L. R., & Wunsch-Vincent, S. (2022). *Global Innovation Index 2022* (15ª). World Intellectual Property Organization - WIPO. https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/2022/#:~:text=Switzerland is the most innovative,United Kingdom and the Netherlands.
- Eder, T. S., Arcesati, R., & Mardell, J. (2019). Networking the “Belt and Road” - The future is digital | Merics. *Merics*, 20–22. <https://merics.org/en/tracker/networking-belt-and-road-future-digital>
- Fay, R., & Medhora, R. (2021). A Global Governance Framework for Digital Technologies. *Center for International Governance and Innovation (CIGI)*, September. <https://www.t20italy.org/wp-content/uploads/2021/09/TF4-PB5-Fay-1.pdf>
- Feenberg, A. (n.d.). *Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia I*. 1–20. https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Racionalizacao_Subversiva_Tecnologia_Poder_Democracia.pdf
- Flyverbom, M., Deibert, R., & Matten, D. (2019). The Governance of Digital Technology, Big Data, and the Internet: New Roles and Responsibilities for Business. *Business and Society*, 58(1), 3–19. <https://doi.org/10.1177/0007650317727540>
- Ghiasi, R., & Krishnamurthy, R. (2021). China's Digital Silk Road and the Global Digital

- Order. *The Diplomat*, 1–7. <https://thediplomat.com/2021/04/chinas-digital-silk-road-and-the-global-digital-order/>
- Global Governance: The Next Frontier*. (2004). <https://www.jstor.org/stable/resrep06683.6>
- Gonçalves, A. (2005). O conceito de governança. *XIV Encontro Do Conpedi*, 16. [https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/2.1 COMPLEMENTAR - O conceito de governança - GONÇALVES.pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/2.1%20COMPLEMENTAR%20-%20O%20conceito%20de%20governan%C3%A7a%20-%20GON%C3%A7ALVES.pdf)
- Gray, C. S., & Sloan, G. (2014). *Geopolitics, Geography and Strategy* (1st ed.). Routledge. <https://www.routledge.com/Geopolitics-Geography-and-Strategy/Gray-Sloan/p/book/9780714680538?srsId=AfmBOoqQkRkUqWag21N1d7jKXG0bwHlbRuCz9AEs5xtdnHu-Fqifzi-2>
- Greene, R., & Triolo, P. (2020). Will China Control the Global Internet Via its Digital Silk Road? *Carnegie Endowment for International Peace*, 5–9. <https://carnegieendowment.org/2020/05/08/will-china-control-global-internet-via-its-digital-silk-road-pub-81857>
- Guo, S. (2000). *Post-Mao China: from totalitarianism to authoritarianism?* Westport, Conn. : Praeger, c2000. <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130282272293324416>
- Gwadabe, N. M., Salleh, M. A., & Ahmad, A. A. (2019). O Declínio Hegemônico dos Estados Unidos e a Crescente Influência da China: Uma Perspectiva sobre a Teoria da Transição de Poder. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 132–153. www.seer.ufrgs.br/Austral Cataloging-in-Publication
- Haftel, Y. Z., & Lenz, T. (2022). Measuring institutional overlap in global governance. *Review of International Organizations*, 17(2), 323–347. <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09415-3>
- Haushofer, K. (1986). *De la Géopolitique*. <https://www.fayard.fr/livre/de-la-geopolitique-9782213017327/>
- Hillman, J. E. (2022). *A Rota da Seda Digital: o plano da China de conectar o mundo e dominar o futuro* (Vestígio (Ed.)). <https://ndupress.ndu.edu/Media/News/News-Article-View/Article/3175534/the-digital-silk-road/>
- Ikenberry, G. J., & Lim, D. (2017). China's emerging institutional statecraft. In *Project on International Order and Strategy* (Issue April). <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/04/Chinas-emerging-institutional-statecraft.pdf>
- Jia, K., & Chen, S. (2022). Global digital governance: paradigm shift and an analytical framework. *Global Public Policy and Governance*, 2(3), 283–305. <https://doi.org/10.1007/s43508-022-00047-w>
- Kelkar, K. (2018). From silk threads to fiber optics: The rise of China's digital silk road. *Observer Research Foundation*. <https://www.orfonline.org/expert-speak/43102-from-silk-threads-to-fiber-optics-the-rise-of-chinas-digital-silk-road/>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2001). *Power and Interdependence* (4ª). Longman. [http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/05 Cooperation with States as Unitary Actors/Keohane & Nye - Power and interdependence \[Ch 1-3\].pdf](http://slantchev.ucsd.edu/courses/ps240/05%20Cooperation%20with%20States%20as%20Unitary%20Actors/Keohane%20&%20Nye%20-%20Power%20and%20interdependence%20[Ch%201-3].pdf)
- Khan, M. K., Sandano, I. A., Pratt, C. B., & Farid, T. (2018). China's Belt and Road Initiative: A global model for an evolving approach to sustainable regional development. *Sustainability (Switzerland)*, 10(11), 1–20. <https://doi.org/10.3390/su10114234>

- Kim, W., & Gates, S. (2015). Power transition theory and the rise of China. *International Area Studies Review*, 18(3), 219–226. <https://doi.org/10.1177/2233865915598545>
- Kjellén, R. (1917). *Der Staat als Lebensform*.
- Kurlantzick, J., & West, J. (2020). Assessing China’s Digital Silk Road Initiative: A Transformative Approach to Technology Financing or a Danger to Freedoms? *Council on Foreign Relations*, 1–6. <https://www.cfr.org/china-digital-silk-road/>
- Lara, A. de S. (2002). *Imperialismo, descolonização, subversão e dependência* (1a (Ed.)). ISCSP. <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?1738788>
- Lara, A. de S. (2017). *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão* (ISCSP (Ed.); 9ª).
- Lieberthal, K. G., & Lampton, D. M. (1992). *Bureaucracy, Politics, and Decision Making in Post-Mao China* (B. U. of C. Press (Ed.)). <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0k40035t/>
- Liebscher, P. (1998). *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master’s program* (4th ed.). Library Trends. <https://www.proquest.com/docview/220463514?sourcetype=Scholarly Journals>
- Maria. (2014). China’s Digital Silk Road - outlines and implications for Europe. *International Centre for Defence and Security*, February, 3. https://icds.ee/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/ICDS_Brief_China’s_Digital_Silk_Road_Maria_February_2024-1.pdf
- Mearsheimer, J. J. (2010). The gathering storm: China’s challenge to US power in Asia. *Chinese Journal of International Politics*, 3(4), 381–396. <https://doi.org/10.1093/cjip/poq016>
- Morgadinho, M. I. A. (2021). *A Ascensão da China e a Ordem Internacional: Comparação da Política Externa Chinesa em relação aos EUA na Era de Deng Xiaoping e na Era de Xi Jinping* [Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/24307>
- Munir, M., & Abid, F. (2024). China, Global Governance and liberal international order - a neo-Gramscian analysis. *Margalla Papers*, 1, 93–108. <https://doi.org/https://doi.org/10.54690/margallapapers.28.1.242>
- Neves, P. J. C. (2014). *A Estratégia de Desenvolvimento Tecnológico da China: do “Made in China” ao “Designed in China”* [Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/8399>
- Ning, L. (2000). *The Dynamics of Foreign-policy Decisionmaking in China*. Westview Press. https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8NFMDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=lu+ning,+the+dynamics+of+foreign+policy+decision+making+in+china&ots=VA711Zqq4b&sig=-U5o_pM_WZFjYf0wmVMcuVLprH0#v=onepage&q=lu+ning%2C+the+dynamics+of+foreign+policy+decision
- Organski, A. F. K. (1958). *World Politics* (2nd ed.). Alfred A Knopf Inc.
- Organski, A. F. K., & Kugler, J. (1980). *The War Ledger*. The University of Chicago Press. https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=_WNCBxD0TD4C&oi=fnd&pg=PP11&dq=organski&ots=7fNZM0vGzY&sig=w53vrfDadcfgKQ3-J7UnY9SP6pM&redir_esc=y#v=onepage&q=organski&f=false
- Pant, H. V., & Saha, P. (2021). *Mapping the Belt and Road Initiative: Reach, Implications, Consequences*. <https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2021/02/BRI-report-FINAL.pdf>

- Patil, S., & Gupta, P. (2020). The Digital Silk Road in the IndoPacific: Mapping China's Vision for Global Tech Expansion. *North Carolina Medical Journal*, 81(2), 137–140. <https://doi.org/10.18043/ncm.81.2.137>
- Patrício, R. de C. (2019). *Teoria das Relações Internacionais: Uma Perspetiva*. ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. www.iscsp.ulisboa.pt
- Perlez, J., & Huang, Y. (2017). Behind China's \$1 Trillion Plan to Shake Up the Economic Order. *The New York Times*, 1–7. <https://www.nytimes.com/2017/05/13/business/china-railway-one-belt-one-road-1-trillion-plan.html>
- Pierik, R. (2003). *Globalization and Global Governance: a conceptual analysis*. <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3813014>
- Ramanujam, S. R. (2021). Global Digital Governance - here's what you need to know. In *Center for Strategic & International Studies* (Issue October, 1, pp. 1–9). www.csis.org/global-digital-governance-heres-what-you-need-know
- Ribeiro, A. S. (2020). *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*.
- Romana, H. B. (2005). *República Popular da China: A sede do poder estratégico (Mecanismos do Processo de Decisão)* (Edições Almedina S.A (Ed.)).
- Rosenau, J. N. (1995). Governance in the Twenty-first Century. *Global Governance*, 1(1), 13–43. <https://www.jstor.org/stable/27800099>
- Santos, J. A. L. dos. (2015). *O Coração da Eurásia contra o Resto do Mundo*. www.acad-ciencias.pt
- Santos, M. dos. (2018). Nova Rota da Seda: a estratégia da China para virar uma sociedade digital. *Época Negócios*. <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/10/nova-rota-da-seda-estrategia-da-china-para- virar-uma-sociedade-digital.html>
- Santos, V. M. dos. (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. www.iscsp.ulisboa.pt
- Sárvári, B., & Szeidovitz, A. (2018). Political economics of the new silk road. In *The Belt & Road Initiative in the Global Arena* (pp. 117–140). https://doi.org/10.1007/978-981-10-5921-6_8
- Schweller, R. L., & Pu, X. (2011). After unipolarity: China's visions of international order in an era of US decline. *International Security*, 36, 41–72. https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00044
- Shambaugh, D. (2013). China Goes Global: The Partial Power. *China Review International*, 20(1–2), 196–203. <https://doi.org/10.1353/cri.2013.0025>
- Shen, H. (2018). Building a Digital Silk Road? Situating the Internet in China's Belt and Road Initiative. *International Journal of Communication*, 12, 2683–2701. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/8405/2386>
- Shen, H. (2022). *How to Understand China's Globalized Digital Infrastructure*. <https://www.cigionline.org/articles/how-to-understand-chinas-globalized-digital-infrastructure/>
- Shih, G. (2015). Exclusive: Huawei CEO says Chinese cybersecurity rules could backfire. *Reuters*. <https://www.reuters.com/article/us-huawei-cybersecurity-idUSKBN0NC1G920150421>

- Simai, M. (1994). *The Future of Global Governance: Managing Risk and Change in the International System*. United States Institute of Peace.
https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=I_uv_ZIyf5wC&oi=fnd&pg=PR5&dq=global+governance+produced+by+the+United+States+and+its+allies+after+the+second+World+War+&ots=SHQW4Gwrfv&sig=Ax7H11Yzpk4RG-uC-OnpD6C-jEE&redir_esc=y#v=onepage&q=global+govern
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v71n2/05.pdf>
- Steinbock, D. (2018). U.S.-China trade war and its global impacts. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 4(4), 515–542.
<https://doi.org/10.1142/S2377740018500318>
- Sutter, R. G. (2012). *Chinese foreign relations: power and policy since the Cold War* (3rd ed.). Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
https://www.researchgate.net/publication/251285894_Robert_G_Sutter_Chinese_Foreign_Relations-Power_and_Policy_Since_the_Cold_War
- Szozda, N. (2017). Industry 4.0 and its Impact on the Functioning of Supply Chains. *LogForum*, 13(4), 401–414. https://www.logforum.net/pdf/13_4_2_17.pdf
- Valente, J. (2019). *Tecnologia, Informação e Poder: das plataformas online aos monopólios digitais* [Universidade de Brasília].
http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/36948/1/2019_JonasChagasLúcioValente.pdf
- Vigevani, T., Veiga, J. P. C., & Mariano, K. L. P. (1994). Realismo versus globalismo nas relações internacionais. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (Issue 34, pp. 05–26). <https://doi.org/10.1590/s0102-64451994000300002>
- Vilelas, J. (2020). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Edições Sílabo Lda. <https://doi.org/472809/20>
- Visentini, P. G. F. (2011). A novíssima China e o Sistema Internacional. *Revista de Sociologia e Política*, 19(suppl 1), 131–141. <https://doi.org/10.1590/s0104-44782011000400009>
- Wang, D. (2013). U . S . -China Trade, 1971 – 2012: Insights into the U . S . -China Relationship. *The Asia-Pacific Journal : Japan Focus*, 11(24), 1–8.
<https://apjif.org/2013/11/24/Dong-Wang/3958/article.html>
- Williamson, A. (2013). A giant cage. *The Economist*. <https://www.economist.com/special-report/2013/04/06/a-giant-cage>
- Wu, L. (2018). *China and Global Governance under Xi Jinping Problematizing China's Leadership through the Belt and Road Initiative* [Universidade de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10400.5/16357>
- Wübbecke, J., Meissner, M., Zenglein, M. J., Ives, J., & Conrad, B. (2016). Made in China 2025 The making of a high-tech superpower. *MERICCS Papers on China*.
https://www.merics.org/fileadmin/user_upload/downloads/MPOC/MPOC_Made_in_China_2025/MPOC_No.2_MadeinChina_2025.pdf
- Xuetong, Y. (2018). Chinese Values vs . Liberalism: What Ideology Will Shape the International Normative Order? *The Chinese Journal of International Politics*, 11(1), 1–22. <https://doi.org/10.1093/cjip/poy001>

- Yu, L. (2019). “ *Made in China 2025* ”: *China’s development strategy through technological innovation*.
- Yun, Z. (2023). China’s Role in Global Governance in The Post-COVID-19 Era.pdf. *Journal of Global Strategic Studies*, 03(1). <https://doi.org/10.36859/jgss.v3i1.1534>
- Zhang, Y., & Tang, S. (2005). China’s Regional Strategy. In *Power Shift: China and Asia’s New Dynamics* (pp. 48–70). <https://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1pnx95>